

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 27 DE JUNHO DE 2019

Realizada em duas reuniões - a 27 de junho e a 3 de julho de 2019

N.º 6/2019/AM

DATA: Vigésimo sétimo dia do mês de junho, do ano de dois mil e dezanove.-----

HORA: Vinte horas e onze minutos.-----

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

O PRESIDENTE: Manuel Miguel Pinheiro Paiva (CDS/PP);-----

1º SECRETÁRIO: Nuno Miguel Pinheiro da Costa (CDS/PP);-----

2º SECRETÁRIO: O lugar não foi ocupado, por se encontrar ausente a Deputada Municipal eleita para o efeito.-----

- Deputado Municipal, Henrique da Silva Dias (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Filomena Maria Soares de Almeida Moreira (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Albano de Oliveira Braga (Independente);-----

- Deputada Municipal, Rita Alexandra Alves Casal (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Hugo Martins Rodrigues de Sousa (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, José Augusto Tavares Ferreira (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Diogo Filipe Tavares de Bastos (CDS/PP), que chegou mais tarde, conforme oportunamente se faz referência;-----

- Deputado Municipal, Ricardo Jorge da Costa Oliveira (CDS/PP);-----

Sessão de 2019.06.27
reuniões de 27 de junho e de 3 de julho

- Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida (PSD);-----
- Deputado Municipal, António Santos Sousa (PSD);-----
- Deputado Municipal, João Pedro Henriques da Silva, em suplência de Adriana Helena Silva Rodrigues (PSD);-----
- Deputado Municipal, Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz (PSD);-----
- Deputado Municipal, Albino Luís Soares de Almeida (PS);-----
- Deputada Municipal, Ana Maria da Silva (PS);-----
- Arménio Tavares Lige, Presidente da Junta de Freguesia de Arões (CDS/PP);---
- Nelson Fernandes de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos (CDS/PP), que chegou mais tarde, conforme oportunamente se faz referência;----
- Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, (CDS/PP);-----
- João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra (PS);-----
- António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge (CDS/PP);-----
- Sérgio Miguel Santos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões (CDS/PP), -----
- Cristina Maria Vasconcelos Quintas, em representação do Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (CDS/PP), conforme comunicação de 25.06.2019 (entrada n.º 161).-----

Ausências: -----

- O Deputado Municipal, Ricardo Jorge Rodrigues Almeida, convocado em suplência de Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva, mas que por motivos imprevistos e inadiáveis não pode comparecer, do que deu conhecimento telefonicamente.-----

- Deputada Municipal, Sara Campos Bastos (CDS/PP), que por motivos imprevistos e inadiáveis não pode comparecer, do que deu conhecimento.-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve presente em representação da Câmara Municipal, o seu Presidente José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Estiveram também presentes os vereadores em regime de permanência Maria Catarina Lopes Paiva e José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho, e ainda os vereadores em regime de não permanência José Pedro Vieira de Almeida e Nelson da Silva Martins. -----

O Sr. Vereador António Alberto Almeida de Matos Gomes não assistiu à reunião de 27 de junho, por se encontrar em serviço de representação da Câmara Municipal. Assim como a Sra. Vereadora Daniela Sofia Paiva da Silva por se encontrar de férias.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, declarou aberta a sessão.-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

a) INFORMAÇÕES DIVERSAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 19.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva deu conta dos convites recebidos desde a última sessão ordinária, que teve lugar a 23 de abril, dos eventos em que a Assembleia Municipal esteve presente e por quem se fez representar nos mesmos.-----

B) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 23 DE ABRIL DE 2019:

O Sr. Presidente da Assembleia informou que, após o envio da proposta da ata, junto com a convocatória da sessão, foi recebido um pedido de retificação da Sr.^a Deputada Adriana Rodrigues, aceite na íntegra pela Mesa, do que foi dado conhecimento a todos os membros antes da sessão.-----

Perguntou por mais correções, não havendo, colocou a ata a votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata da sessão ordinária de 23 de abril de 2019, por maioria de vinte e três votos a favor e uma abstenção da Deputada Municipal, Cristina Maria Vasconcelos Quintas, por não ter participado na referida sessão.-----

Chegaram à sessão os Deputados Municipais Diogo Filipe Tavares de Bastos e Nelson Fernandes de Almeida.-----

C) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: Usou da palavra o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, proferindo a seguinte intervenção, após cumprimentar todos os presentes: “Taxa de ocupação do subsolo – a previsão de deliberação seria de que se extinguiria em 2017. Hoje, o Governo não se compromete com datas, o Governo diz que o diploma vai ao Parlamento em breve/grupo de trabalho está a rever a taxa.-----

Os CTT não encerram mais lojas/ Presidente da Comissão Executiva garante que alguns postos serão reabertos.-----

Atrasos no serviço postal/ANACOM: Admite que os CTT podem atrasar 22 milhões de cartas este ano. Vale de Cambra depende de Oliveira de Azeméis. No decorrer da Segunda Guerra Mundial, só na frente de combate, os correios de então (1939/1945) entregavam diariamente 2,5milhões de cartas. Que diferença!!! Só em 2018 foram recebidas 20.000 reclamações sobre os CTT que têm de, até 1 de julho de 2019, implementar alterações impostas pela ANACOM para atenuarem os atrasos no serviço postal dos CTT.-----

Passo a ler extrato de um artigo de opinião do JN: “nunca pagamos tantos

impostos e nunca nos sentimos tão mal servidos pelos servidores públicos, sejam políticos, sejam os altos dirigentes da Função Pública, ou das empresas públicas.

Trabalhamos cada vez mais para ter cada vez menos ensino, menos saúde, transportes, segurança. Para onde vamos com esta ideia de que tudo o que a justiça investiga e condena é apenas uma ponta do *iceberg* onde se esconde a corrupção, o compadrio, a amizade interesseira, a cunha familiar e partidária??”-
Acabei de citar o articulista Paulo Baldaia/JN 11.06.2019.-----

Diz Manuela Moura Guedes: “Quando as pessoas pagam impostos esperam que sejam aplicados para o bem estar e nada funciona à custa de cativações”.-----

“Neste país não se pode ser sério”. Quem o diz é o articulista André Coelho Lima que, cito parte da publicação com este título, escreve “... uma manifestação clara de que, quem vem lá de cima do norte, ou beija todos os anéis, ou não tem direito à consideração da corte.” Até parece a Área Metropolitana do Porto, digo eu.-----

O pior inimigo do Serviço Nacional de Saúde é interno e tem um rosto, o de Marta Temido. Quem o diz é o Presidente do Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos em artigo de opinião que encerra escrevendo: “esta Ministra, pelas suas atitudes e pela ausência de liderança e de objetivos, é claramente o pior inimigo do SNS”.-----

Voto de pesar pelo falecimento do colaborador da Câmara Municipal, por acidente de trabalho, Manuel Costa Chefe dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra. Não sei se foi por esquecimento que o Senhor Presidente da Assembleia não apresentou este voto de pesar. -----

Sobre este assunto, quero aqui e agora informar o Ex.º Senhor Presidente da Câmara que: -----

Nos termos da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que regulamenta o Regime Jurídico da Promoção de Segurança e Saúde no Trabalho, no seu artigo 111.º, a Câmara Municipal, sem prejuízo de outras notificações previstas na Lei, deve

comunicar ao organismo competente (ACT), para a promoção de segurança e saúde no trabalho, os acidentes mortais bem como aqueles que evidenciem uma situação particularmente grave, nas 24 horas seguintes à ocorrência. Pergunto ao Ex.º Senhor Presidente da Câmara:-----

1º A Câmara Municipal comunicou à ACT dentro do prazo estabelecido na Lei a ocorrência deste acidente? Em caso afirmativo solicito que me faculte, por escrito, a data da ocorrência e cópia remetida à Entidade competente.-----

2º A Câmara Municipal deliberou a realização de algum inquérito para identificar as causas e responsabilidades relativas ao acidente?-----

3º O trabalhador possuía os exames de saúde ocupacional realizados?-----

4º Foram feitas as avaliações de risco profissionais para este e para os restantes postos de trabalho, tendo em consideração que, nos termos da Lei, são consideradas atividades ou trabalhos de elevado risco os trabalhos em altura com risco de queda? -----

Ex.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal, temos constatado reiteradamente que alguns pontos da agenda das reuniões desta Assembleia são instruídos com minutas de atas da Câmara o que impede os Deputados Municipais da plena avaliação dos pontos em discussão uma vez que a matéria objeto de debate pelo Executivo Municipal não se encontra vertida nessas minutas. Assim, entendemos que para podermos deliberar informadamente e em consciência, precisamos dessa informação. Exemplos a apontar: Nesta sessão, os pontos 11 e 12, de especial relevância, um por implicar questões de ordenamento do território com consequências para o desenvolvimento de Vale de Cambra e o outro, relativo a um concurso cujo valor base é de relevância significativa. Mais uma vez, em nome da Vossa tão propagandeada

“transparência” solicitamos ao Ex.º Senhor Presidente da Assembleia que, em situações idênticas e em reuniões futuras, anexem aos respetivos pontos as deliberações em ata e não em minuta. Sugerimos que a Câmara Municipal reúna com a antecedência necessária que permita a aprovação das atas.-----

Ex.º Senhor Presidente da Câmara, gostaríamos que o Senhor nos informasse, quem, em nome da Câmara, anda a promover eventos da Câmara, ainda não formalizados, inclusive com data já definida.-----

Sobre a ER 227 (Vale de Cambra/São João da Madeira), temos constatado o avançar da obra de requalificação (o termo mais correto seria reparação). Nas serventias a S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis nota-se o avançado estado da obra. Em Vale de Cambra percebe-se uma lenta indefinição. Na última sessão desta Assembleia solicitamos que o Senhor Presidente da Câmara nos informasse por escrito dos fatos que relatava na sua informação acerca da obra, nomeadamente passeios. Até à data, não recebemos qualquer informação pelo que solicito ao Ex.º Senhor Presidente da Assembleia uma explicação para o facto e exigimos, nos termos da lei, as respostas solicitadas em 2019.04.23 - ver páginas 7 e 8 da ata da Assembleia Municipal. -----

Do mesmo modo, solicitamos ao Ex.º Senhor Presidente da Câmara se conhece os pormenores da obra de requalificação no que ao Concelho de Vale de Cambra respeitam, nomeadamente, concordâncias, sinalização vertical e horizontal. Caso o Senhor Presidente da Câmara responda concretamente a esta questão, poderei acrescentar o que nos leva à pergunta.-----

Ex.º Senhor Presidente da Câmara, tendo por base a informação que recebemos/ mapa dos devedores de água ao Município, a título de informação ao público em geral e a esta Assembleia, contas feitas, são mais de 6.200 devedores (80x77+41) ou seja, quase tantos quanto o número de consumidores que

ascendem a 7.000. Paralelamente, conforme se pôde verificar, na última prestação de contas, o valor da dívida ascendia a cerca de 300 mil euros. Perante esta realidade gostaríamos de saber o que é que a Câmara tem feito para reaver estes valores em dívida. Voltarei ao assunto, se o Sr. Presidente da Câmara der resposta.”-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, tendo sido visado em duas questões, esclareceu que, relativamente ao voto de pesar foi esquecimento, o que lamenta, pois é hábito e justo que a Assembleia Municipal manifeste o seu pesar perante um óbito de um funcionário e mais nas circunstâncias que ocorreu. Logo de seguida, farão a correção dessa falha.-----

No que se refere à documentação, a própria Mesa ao instruir a documentação da sessão, pede uma ou outra informação complementar. Concretamente os pontos referidos pelo Sr. Deputado, designadamente o ponto 12, é uma deliberação da Câmara de 18 de junho, muitas vezes acontece que os assuntos são agendados para a Assembleia Municipal ainda sem haver aprovação da ata. Fica também o pedido à Câmara Municipal que com maior antecipação trate do agendamento e deliberação dos assuntos, obviamente que a Mesa terá aqui também essa preocupação.-----

De seguida, interveio o Deputado Municipal, independente, Albano Oliveira Braga que, após cumprimentar os presentes, fez referência à quantidade de questões levantadas desde o início do mandato e que, até à data, não foram respondidas, que agora não é o momento para falar em todas elas, que a seu tempo o fará. Neste aspeto, atribuiu também responsabilidade ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal pois conduz os trabalhos e, tanto o Regimento, como a legislação identificam a Assembleia como o órgão fiscalizador da Câmara

Municipal, mas como se pode fiscalizar se às perguntas feitas nesta sede não se obtém resposta? - perguntou. Por exemplo, nas duas últimas sessões, fez uma pergunta sobre o Parque Urbano da Cidade à qual não lhe foi dada resposta, mas, passados 15 dias, o Executivo concedeu uma entrevista à Voz de Cambra, ou seja, não responde ao Deputado eleito por muitos Valecambrenses e, depois dá uma entrevista, acha isto uma falta de respeito. Sendo do mesmo conhecedor, o Sr. Presidente da Assembleia tem de “dar um puxão de orelhas a quem não dá resposta”. Deu outro exemplo, numa sessão em que fez perguntas às quais não obteve resposta, passados 10 dias, o Executivo concedeu uma entrevista à Voz de Cambra a falar sobre a VCP e, até fala mal porque não elucida os Valecambrenses que, desgraçadamente, ainda estão a pagar o parque subterrâneo. Face aos dois casos documentados, perguntou qual o papel do Presidente da Assembleia e da Mesa. Foi eleito, merece respeito, aliás fica ofendido quando não lhe respondem em sede própria e depois vão dar as entrevistas a correr e, ainda por cima, não explicam nada.-----

Continuou, referindo que, no anterior mandato, na sessão realizada em Rôge, na qualidade de Deputado Municipal fez um requerimento verbal ao Presidente da Assembleia de então, Rui Manuel Martins de Almeida Leite, pedindo um conjunto de documentos acerca da Reversão. O mandato acabou sem ter recebido os documentos. O cidadão Rui Manuel Martins de Almeida Leite, no início do atual mandato, entregou uma série de documentos e interveio fazendo afirmações contundentes sobre o processo de reversão com a empresa Pereira, Soares & Bastos. Acrescentou que, as afirmações não lhe foram a si dirigidas, pois que se o fossem, se fosse culpado calava-se, se não o fosse metia um processo por difamação àquele Cidadão pela gravidade das acusações presentes nos documentos. Posteriormente, recebeu os documentos solicitados há mais de dois anos, que lhe foram remetidos pela Câmara Municipal, aos quais juntou

documentos em sua posse, pois acompanha o processo há já alguns anos, os quais vai entregar ao Ministério Público, para averiguações. -----

Perguntou, ainda, ao Sr. Presidente da Câmara se já há resposta da Inspeção Geral de Finanças, quanto ao processo que a esta foi remetido, sobre esta matéria.-----

Relativamente ao Parque Urbano, referiu que foram plantadas mais de 200 árvores, pelo que quis saber os custos e quem pagou. Entende que esta plantação devia ser responsabilidade da empresa que fez o parque. Tendo libertado as garantias bancárias, eventualmente a responsabilidade terá passado para a Câmara. Andaram lá funcionários da Câmara a pôr os tutores e as árvores, e uma empresa a abrir buracos com uma minigradora. Os restantes problemas continuam!-----

Sobre o Cinema ou Centro de Artes e Espetáculos referiu que, a 24 de novembro de 2018 a Assembleia Municipal votou a proposta de orçamento de 2019, com a autorização genérica para a dispensa da autorização prévia da Assembleia Municipal – anexo 2. Afirmou ter votado contra. Na última sessão, havia um ponto sobre o cinema que foi retirado, com base nesta dispensa de autorização prévia. Entende que a informação técnica-jurídica tem alguns problemas. Ressalvou que a Assembleia Municipal não é ouvida num projeto de cerca de 3 milhões de euros, um projeto que deveria ser discutido. A maioria CDS fez mal, pois pessoalmente traria o projeto à Assembleia. Acrescentou, haver um ou outro técnico superior da Câmara que não sabem fazer contas de dividir com vírgulas e contas de multiplicar, e vão decidir sobre três milhões de euros. Na reunião de Câmara do dia quatro de junho, este processo foi presente à reunião, ponto 12 da ordem do dia, concorreram sete empresas, sendo que seis foram excluídas por

passarem o preço base de 3.100.000,00€, ganhou a empresa que apresentou 25.000,00€ a menos. Temos um júri para analisar o concurso, que são quadros superiores da Câmara. Da pesquisa que fez e da leitura da ata, conclui-se que até o nome da empresa que ganhou meteram mal, identificando-a como S.A. (sociedade anónima) sendo que a mesma é Ld.^a (limitada). Até este pormenor deixam passar. Frisou que este investimento está a ser feito sem a fiscalização da Assembleia Municipal. -----

Solicitou os custos das Festas de Santo António, assim como a razão da Marcha União de Freguesias não ter participado. Acrescentou que, sempre foi contra a Câmara Municipal meter-se nas festas, pois que desmobilizou-se a sociedade, foi uma festa de aldeia, participou pouca gente e houve pouca animação. Até a Procissão mobilizou pouca gente. Apontou ainda a falta de condições para que as pessoas assistam às Marchas Populares, por estarem cinco ou seis horas em pé, o que não é fácil. Em S. João da Madeira colocaram umas bancadas. Até poderiam cobrar os assentos, é um ponto a rever.-----

De seguida, fez referência ao 26.º aniversário elevação a Cidade, dando de imediato nota do lapso do Sr. Presidente da Câmara que no seu discurso referiu ser o 25.º aniversário, acrescentando ainda que, quando este falou do imobiliário, o Sr. Presidente mais parecia o representante de uma imobiliária a fazer publicidade do produto. Os privados bem ou mal que o façam. A este respeito referiu ainda ter visto no Edifício Municipal publicidade de duas empresas imobiliárias privadas – a Remax e a Juroar. Ou a empresa fez uma acordo com a Câmara, se não o fez tal é inqualificável, pois as empresas privadas não podem fazer publicidade no atendimento de uma Câmara Municipal. Apelou à ação do Sr. Presidente da Câmara. Os funcionários têm dever de zelo, não podem tratar destas coisas na “casa de todos nós”.-----

Sobre as obras recentes na Biblioteca Municipal, deu conta que a pintura já está

castanha, pelo que perguntou o que andam a fazer os fiscais da Câmara e o Técnico que acompanhou o projeto para aceitarem um termo de entrega de obra naquele estado (pintura por cima da ferrugem).-----

Na área do turismo, referiu-se aos processos ETER, TEIA e Rota Final relacionados com ajustes diretos. No que se refere ao Município, quando o Sr. Presidente Ihes prestou informação sobre a inspeção à nossa Câmara, não concorda com a posição por aquele adotada, pois que praticamente disse que isto era um problema do executivo anterior do PSD. O Executivo anterior PSD até pode ter negociado mal, mas os ajustes diretos já foram feitos com o Executivo CDS/PP. Perguntou, se, posteriormente a essa data, a Polícia Judiciária (PJ) voltou à Câmara, se inquiriu técnicos, o Executivo, ou não. Relativamente às empresas que fizeram os cinco ou seis ajustes diretos com a Câmara, referiu que tinham atividade até outubro de 2018, mas que quando começou este processo ETER, as empresas deixaram de ter atividade.-----

Perguntou se a Câmara Municipal tem um acordo com a Global Notícias, dona do Jornal Notícias. Na edição daquele jornal de 25 de junho, há uma notícia que envergonha Vale de Cambra, dando conta que médicos cobram 15€ por cada atestado falso. Cria-se um anátema sobre uma classe, pois que até já se ouvem falar em cinco ou seis nomes. Se o Sr. Presidente da Câmara tem uma avença, devia perguntar quem são os médicos que passam estes atestados. Pessoalmente, já enviou um e-mail ao JN a dizer que deveriam publicar os nomes dos médicos. Pediu resposta em 10 dias, se não lhe responderem vai pedir consulta ao processo e vai enviar uma nota de imprensa com os nomes, para não comprometer aqueles que nada têm a ver com o processo. -----

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal pedido brevidade, para não

retirar tempo aos restantes, **o Sr. Deputado** continuou solicitando um pouco mais de tempo, pois que recebeu dez minutos antes desta sessão, documentos que havia pedido há meio ano, e que os analisou de forma rápida para intervir. Disse que os documentos que não foram entregues com a apresentação de Contas e Relatório de 2018 alegando privacidade, foram remetidos, tendo analisado o perfil de devedores, não há motivo para o efeito, não estão em crise, não há desemprego em Vale de Cambra, a média de ordenado é boa. Disse que ia deixar de pagar água, e saber que indicações o Sr. Presidente da Câmara vai dar ao seu Chefe de Divisão, se vão mandar cortar a água, pois é o que tem de fazer. Mas, que quando o fizer vão ter um problema, por causa da lista, porque há muitos que falam e deviam estar calados, pois não têm autoridade para falar. -----

Relativamente ao Bar, no Parque da Cidade, referiu que a Câmara fez um leilão, e bem, conforme pessoalmente sempre defendeu, com uma renda de 350euros/mensal, e uma base de licitação de 2350euros, sendo que a Câmara levou o negócio quase a 5mil euros. Foi um leilão puro e duro, assim, quando a Câmara é transparente sai sempre a ganhar. Deu os parabéns à Câmara.-----

Referiu que a Av. Vale do Caima está bonita, as ruas da Cidade estão bonitas, com árvores e aromáticas. No Centro de Educação Ambiental já repararam a cerca. O Poste na zona industrial de Lordelo, está no sítio correto, mas agora ficou o buraco na estrada. A erva do Parque Urbano foi cortada. A tampa de saneamento junto ao Pingo Doce foi colocada. -----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Assembleia referiu que as questões colocadas e não respondidas são encaminhadas ao Executivo Municipal, se não forem cabalmente respondidas insiste-se nessa questão. -----

Sobre a questão da Reversão do negócio com Pereira, Soares & Bastos informou que, há meses, enviou um ofício ao IGF sobre o estado do processo, sem que

ainda tenha obtido resposta.-----

Interveio a Deputada Municipal Ana Maria Silva que, após cumprimentar os presentes, referiu que, na última sessão do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas do Búzio, a Sr.^a Vereadora da Educação mostrou o projeto do parque de estacionamento proposto para servir os utentes da Escola Sede do Agrupamento, todavia informou que a obra fora lançada a concurso mas que este ficara deserto. Perguntou se já foi lançado novo concurso, com novas propostas no Caderno de Encargos, para que rapidamente seja construída aquela infraestrutura tão necessária.-----

Na EN 227, em Santa Cruz, o asfalto foi levantado numa das vias para colocação de saneamento, porém depois de esventrado o piso foi colocado alcatrão na parte rasgada, havendo agora muitos buracos e baldadas que não só dificultam a passagem dos veículos automóveis, como provocam bastantes incómodos nos transeuntes e prejuízos nos ditos veículos. Assim, perguntou se a empreitada está concluída e a obra já foi entregue, e se a Câmara, antes do inverno, vai promover o arranjo da estrada nacional que se estragou.-----

No uso da palavra o Deputado Municipal Albino Luís Soares de Almeida deu conta do trabalho desenvolvido pelo “Grupo de Trabalho para a Revisão do Regimento”, que deveria estar pronto em cerca de 90 dias. Da análise do mesmo, resultam algumas dificuldades na interpretação das normas. Que entre os anos de 1997 e 2014 foram feitos 3 Regimentos. O grupo é constituído por si, pelo Sr. José do Nascimento Peres e Sr. António Augusto de Pinho Soares de Almeida, com o conhecimento do Sr. Albano Braga, que entende deve ser integrado. O Regimento é anti-partidário, pois que o mesmo deve guiar as formas de atuação numa Assembleia Municipal, dar valor a todas as questões de forma ordeira,

ordenada, permitindo abordar os assuntos de forma sucinta e mais evidente. Tentaram identificar o que está de bom e retificar algumas outras coisas. Dos vários Regimentos analisados o Grupo encontrou um que entendem moderno, sucinto e intuitivo, o da Câmara do Porto, que já vigora sem alterações desde outubro de 2010. Como tal procederão à sua adaptação à nossa realidade, designadamente no que se refere aos tempos de intervenção. O assunto não está esquecido, está em análise.-----

Abordou ainda a questão das Eleições Europeias, importantes para Vale de Cambra, para Portugal, mas que no caso de Vale de Cambra, não foram feitas grandes campanhas.-----

Sobre as Festas de Santo António 2019, independente de quem as organizou, referiu que as diversões colocadas junto ao Mercado Municipal trazem uma acústica tão grande, que não permitem aos moradores dormirem, nem adultos, nem crianças e jovens, agravando-se estarem em época de exames para o secundário e para a faculdade. Em junho de 2010, cinquenta e um condóminos do prédio onde habita, apresentaram um abaixo-assinado, sob sugestão da Câmara Municipal, resultando que em 2011, 2012 e 2013 não houve diversão até tão tarde. Que o atual Presidente da Câmara Municipal interpelado por representante dos Condóminos, não tomou uma decisão nem a levou a decisão do plenário. Trata-se de uma pura necessidade de descanso, nada mais que isso, pois que até ao dia de hoje ainda anda a recuperar da falta de descanso. Tem janelas duplas e vidros duplos no seu apartamento mas que, os vidros vibram, e não consegue sequer ouvir o som da televisão, quase no máximo. Isto é uma tortura e deveria ser considerado. Não há nada que pague a saúde. Quis saber se o Sr. Presidente da Câmara Municipal pensou nisso quando foi interpelado e porque se retomou esta situação, depois de terem aceite o abaixo assinado no Executivo anterior.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Paiva, informou que está esgotado o tempo regimental previsto para o período de antes da ordem do dia, havendo ainda quatro inscrições para intervenção, pelo que dá as inscrições por encerradas, sem prejuízo dos direitos de resposta.-----

Concedida a palavra ao Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, após cumprimentar os presentes, penitenciou-se por também não se ter lembrado do voto de pesar pelo Colaborador da Câmara Municipal falecido na sequência de um acidente de trabalho, que é da mais elementar justiça, quando já aqui deliberaram muitos de familiares até de membros da Assembleia. Sendo contudo injusto apontar ao Sr. Presidente a ausência do voto, pois que deve partir de qualquer um dos membros da Assembleia.-----

De seguida, salientou o sucesso que, mais uma vez, os alunos do Agrupamento de Escolas Búzio, concretamente uma turma do 9.º ano das Dairas e uma turma do 9.º ano do Búzio, que nas Olimpíadas de Educação Financeira ao conseguirem um brilhante segundo e terceiro lugar. É importante adquirir, na escola, competências na matemática, na física, mas também, e depois de passada uma crise económica profunda, adquirir ferramentas de consumo e poupança. Felicitou a escola e os alunos, aliás, toda a comunidade educativa, e sugeriu que lhes fosse remetida uma carta, dando nota de que aqui foi lembrado, como motivação.-----

Publicados pela Segurança Social os dados sobre salários médios por concelho, relativos ao ano de 2017, os maiores salários existem na Área Metropolitana de Lisboa e, em segundo lugar, na Área Metropolitana do Porto (AMP), sendo que Vale de Cambra tem o 5.º maior salário médio da AMP que é de 1.075,10€, sendo 2,6% superior ao do Concelho de Oliveira de Azeméis, 5,5% superior ao de S.

João da Madeira, 6% superior ao de Santa Maria da Feira e 26% superior ao salário médio do concelho de Arouca, muitas vezes aqui classificado como “*e/dorado*” e conceito de bem estar da região, o que não é bem verdade perante números como este. Agora que se está a rever o PDM, é um dado também a ter em conta nas políticas públicas do Concelho, nomeadamente em termos de atratividade, se o concelho oferece um bom salário (privados), boas condições de trabalho, de segurança e se é um Concelho pacífico. Há que tomar em conta políticas públicas que permitam atrair as pessoas para cá. -----

De seguida, deu conta da publicação do *Rating* Municipal Português, relativo ao ano de 2018, apurado por Entidades da maior credibilidade, e com base em critério quantitativos muito aprofundados. Obteve-se um *score* final por *ranking* global e, também, por dimensão de avaliação, a saber: *Governance*, Eficácia de serviço ao cidadão, Sustentabilidade financeira e Desenvolvimento económico e social de cada Concelho. Uma matéria que não tem só a ver com a Câmara Municipal. Dos 297 Municípios avaliados, dentre os 308 existentes, em termos de *score* global Vale de Cambra ficou em 47.º lugar, que é uma classificação deveras honrosa. Nas diversas dimensões, salientou duas delas muito importantes: (1) em termos de Desenvolvimento Económico e Social, o Concelho de Vale de Cambra situou-se em 27.º lugar entre os referidos 297, portanto entre os 10% melhores do País e o 5.º da AMP. Isto revela a importância da estrutura económica do Concelho, das Instituições de Solidariedade Social, das Escolas, que todos têm contribuído para o desenvolvimento do concelho. As pessoas procuram para viver concelhos que tenham um nível de desenvolvimento económico e social importante, pelo que entende que têm aqui uma oportunidade para atrair mais investimento e moradores para o Concelho; (2) em termos de Eficácia de serviço ao cidadão, tendo aqui a Câmara uma grande responsabilidade, o Concelho ficou em 30.º lugar a nível nacional, sendo o 2.º melhor da AMP, e o 25.º da Região

Norte. deu os parabéns ao Executivo Municipal por conseguir oferecer um bom serviço aos cidadãos mas, não esquece que, esta qualidade de serviço não se atinge num ano, nem em dois ou em três, é um processo longo, pelo que há que felicitar os Executivos anteriores que ao longo do tempo contribuíram para atingir esta honrosa distinção/classificação.-----

No uso da palavra o Deputado Municipal António dos Santos Sousa solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia mais rigor na forma como dirige as sessões, pois que, na última sessão, esta passou por ser uma casa de circo e palhaços, que todas as pessoas têm o direito de intervir mas que o devem fazer com o devido respeito e, se tal não acontecer, o Sr. Presidente deve intervir.-----

Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, dirigiu algumas questões, por si já colocadas anteriormente, a saber a situação da Estrada Macieira de Cambra – Porto Novo, a estrada Macieira de Cambra – EN 224, e o saneamento no lugar das Póvoas. Disse que, na penúltima sessão, o Sr. Presidente da Câmara dissera que iria entrar em contacto com os serviços e que posteriormente lhe daria um *feedback*, o que não veio a acontecer até à data. São questões que não devem ficar no esquecimento. Estão sempre aqui a falar no mesmo. Fez referência ao financiamento de três milhões para saneamento, que as condutas estão lá colocadas até às Póvoas, não fazendo qualquer sentido não se efetuar a sua ligação. Será que o dinheiro é desviado para outros sectores? Crê que não, porque tal seria gravíssimo - afirmou. Continua à espera do ponto de situação. Deu ainda nota da perigosidade e falta de segurança dos corrimãos das pontes, sitas na Estrada que liga Macieira de Cambra à EN 224. Na próxima sessão entregará fotografias dessa situação.-----

O Sr. Presidente da Assembleia, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, disse

agradecer e aceitar a crítica, discordando contudo que tenha existido qualquer falta de respeito nesta e pela Assembleia, havendo sim formas diferenciadas de evidenciar factos e de se exprimir, por vezes com recurso a expressões mundanas.-----

Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, João Pedro Costa que, após cumprimentar os presentes, referiu entender que é uma falta de consideração do Sr. Presidente da Câmara por Macieira de Cambra e perante o povo de Porto Novo e demais, porque o assunto do alargamento e melhoria da estrada de Porto Novo, se arrasta há tanto tempo. As pessoas pagam os seus impostos e ainda assim não podem lá passar, o que se agrava com a falta de gestão de combustível. Nestes termos, mais uma vez, perguntou para quando está prevista a intervenção naquela estrada.-----

Quis também saber o ponto de situação da Rua Luíz Bernardo de Almeida que liga à EN 224, passando pelo Ribeiro. Há dois anos existia verba para a sua pavimentação, que não foi efetuada alegando-se a colocação de saneamento. Frisou, passaram dois anos! É também uma falta de consideração, pelo que perguntou para quando se prevê a colocação desse saneamento. -----

Quanto ao saneamento para os lugares de Malhundes, Lourosa e Ameal, uma vez que o Sr. Presidente da Câmara referiu que o orçamento do projeto ultrapassava o milhão de euros e disse que iria fazer a obra de forma faseada, e que iria dar alguma resposta, informou que ainda aguarda resposta até à data, pelo que pede seja esclarecido para quando e como se vai fazer a referida obra de saneamento.-

A Sr.ª Cristina Maria Vasconcelos Quintas, em representação da União de Freguesia, referiu não haver qualquer problema com a Marcha daquela Freguesia e que não há obrigatoriedade de participação. Ressalvou que organizar uma marcha é muito trabalhoso.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, após cumprimentar os presentes, salientou que Vale de Cambra é um Concelho de gente empreendedora, de gente capaz e que sabe fazer, criativa, capaz de levar o nome do Concelho longe, que pensa pela positiva e com elevação, pensando no bem estar das pessoas, dos colaboradores das empresas e de toda a sociedade Valecambrense. Mas que, perante as suspeitas e dúvidas que foram levantadas, poderia pensar-se que estariam num concelho subdesenvolvido, quase do terceiro mundo, sem gente, sem capacidade, sem criatividade, sem desenvolvimento, um conjunto imenso de malfeitores, que faz mal. Levantadas muitas suspeitas de falta de seriedade e processos judiciais, uma panóplia de acusações e suspeitas, que quem ouve e não seja uma pessoa esclarecida, poderá pensar que estão num dos piores Concelhos do País, *qui ça* da Europa. Em contraponto, o Deputado Municipal José Soares afirma que Vale de Cambra está no bom caminho, que tem bons indicadores económicos, que nos *ratings* nacionais está bem posicionado, o que é também fruto da iniciativa privada, da capacidade do Município e das Freguesias olharem pelas suas populações. Estão pois perante dois pesos e duas medidas.-----

Desde logo, quis deixar claro que este Presidente da Câmara Municipal não é um mau feitor, é uma pessoa séria, que não fica com um cêntimo do erário público. Acrescentou que foi, durante 16 anos, Presidente de Junta e que pagou para ser Presidente de Junta, que, por sua escolha, apenas durante o seu último mandato recebeu as compensações a que tinha direito. Durante aqueles 16 anos trabalhou para a sua população, com a paciência que tinha, fazendo o que foi possível. Argumentou que, enquanto Presidente da Câmara tem exatamente a mesma postura, é tão próximo quanto possível das pessoas e não gosta de mentir e enganar quem quer que seja.-----

Referenciou as limitações orçamentais e a falta de empreiteiros para concorrer a obras públicas, o que é a realidade em todo o País, portanto têm de viver em função do momento. -----

Em resposta às perguntas colocadas:-----

Sobre os CTT, referiu que estão atentos e que aguardam uma reunião com a Administração. Embora tenha sido informado que a distribuição será feita normalmente em Vale de Cambra, afirmou querer essa garantia por parte daquela Administração.-----

Com respeito à saúde, disse que tem tido uma preocupação muito grande, evidente nos resultados, pois que não tem havido falta de médicos, inclusivamente no interior do Concelho contrariamente à situação quase irreversível do encerramento das unidades de saúde familiares, contra o qual lutou até à exaustão. Com a reorganização feita, têm agora uma excelente Unidade de Saúde Familiar (USF) e uma boa Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), que dá resposta às necessidades dos utentes. Deu também nota de que em colaboração com o Governo, abriram um Gabinete de Medicina Dentária que está a funcionar muito bem. Que em Vale de Cambra se tem conseguido equilibrar a saúde primária, em colaboração com a Administração Regional de Saúde do Norte (ARS-N) e o Agrupamento de Centros de Saúde (ACES).-----

No que se refere ao falecimento do Colaborador da Autarquia, Manuel da Costa, referiu que foi algo que o marcou negativamente, a quem acompanhou desde o primeiro minuto. Pediu encarecidamente a todos que não politizem a situação de infortúnio e de infelicidade, para o próprio e para a família. Afirmou terem sido cumpridas as formalidades necessárias e adequadas. Não responde a mais questões sobre este assunto. Continua a dar o apoio possível à família. Solicitou

ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal um minuto de silêncio em sua memória.-----

Sobre a requalificação da ER 227, referiu que foi feita uma fresagem da via, levou uma boa camada de pavimento, segundo o dizem, pois a obra não é da responsabilidade do Município. A obra teve o seu início em Vale de Cambra pelo que estranha terem dito que a zona de Vale de Cambra está em “lenta indefinição”. Estão a fazer a sinalização horizontal de S. João da Madeira para cá, estando já em território de Vale de Cambra. Os passeios serão concluídos de seguida. Afirmou que continua a insistir, junto da IP, na execução de passeios entre Vila Chã e Codal, que não foram incluídos na presente empreitada.-----

No que se refere à intervenção do Deputado Albano Braga e as entrevistas, disse que não percebeu bem o que aquele quis dizer. Já no que refere ao Parque da Cidade disse que a obra foi recionada e que antes disso foi feita a plantação de cerca de 200 de árvores, nos termos do acordado, sendo que o empreiteiro deixou mais algumas à guarda da Câmara para o caso de alguma secar.-----

Em relação à reversão do negócio com a empresa Pereira, Soares & Bastos e as afirmações gravosas proferidas, em defesa intransigente do erário público foi o processo remetido à IGAL para ser inspecionado. Aguardam a pronúncia da mesma sobre a matéria.-----

Quanto à obra do cinema, referiu que também foi criada uma penumbra em prol dessa obra, mas que é uma obra com que todos se devem congratular, que a Câmara comprou o edifício, elaborou o projeto que aliás foi discutido publicamente e com as associações, em reunião alargada. Que outras reuniões serão feitas, para discutir a obra no seu todo, mas também o modelo e a forma de o gerir, e saber o que as associações esperam daquele espaço, para que seja

uma das casas da cultura em Vale de Cambra. É uma obra financiada por fundos comunitários a 85%. Vale de Cambra merece. Estarão sempre a procura de melhor para Vale de Cambra - garantiu.-----

Respeitante às Festas de Santo António, disse que percebeu por algumas intervenções que a Câmara devia abandonar as mesmas, que tal é uma opinião que um dia poderão levar à apreciação da Câmara e Assembleia. Assim como poderão fazer com decisão de deixarem de ter animações, porque animação durante uma semana causa incómodo. Compreende e respeita as pessoas incomodadas, mas é difícil ter festas na cidade sem que, pelo menos, durante uma semana não haja alguma perturbação sonora e viária, que pode causar transtorno mas que, também, traz alguma felicidade às pessoas que gostam da festa. Acrescentou que, foi também referido que foi uma festa pobre e triste, respeita a opinião embora discorde da mesma. Em relação às bancadas, referiu que o assunto já foi pensado, mas que tem um custo significativo.-----

No que se refere ao ano de aniversário da cidade, referiu tratar-se de um lapso. - -

Quanto à insinuação de parceria da Câmara com a empresa Juroar, não aceita e não admite tal insinuação, pois que se alguém foi colocar alguns folhetos nas instalações da Câmara, não foi com a anuência do Presidente da Câmara ou de qualquer um dos senhores Vereadores.-----

Em relação ao processo do Turismo Porto e Norte, a Polícia Judiciária, veio à Câmara de Vale de Cambra, tal como a mais 90, solicitando por Mandato Judicial a recolha de toda a documentação alusiva à instalação da Loja Interativa de Turismo. Pessoalmente, está de consciência tranquila, não recebeu nem um centimo do Sr. Melchior Moreira, ou de outro qualquer. Assim, como está tranquilo com a situação da Pereira, Soares & Bastos.-----

Quanto à notícia do JN sobre os médicos, referiu que não a viu, pelo que não vai

pronunciar-se.-----

Relativamente ao parque de estacionamento da Escola Secundária, referiu estar mencionado na informação municipal que o concurso, pela segunda vez, ficou deserto. Pediu aos serviços para reverem o preço. Dado que a primeira vez ficou deserto, o preço base foi subido de acordo com os preços de mercado. Mas, não podem estar sempre a subir o preço e lesar o erário público. Vão abrir o procedimento uma terceira vez na expectativa que apareça uma empresa que faça a obra pelo valor justo de mercado. Há dificuldade em arranjar empreiteiros para obras públicas. Responsabilidade do Município zero, vontade em concretizar a obra é cem.-----

Quanto à obra de saneamento em Santa Cruz, informou que sendo uma estrada nacional, que o IP autorizou a passagem da conduta para abastecimento de água para os reservatórios em construção em Santa Cruz. Foi feita a tapagem provisória da via, uma vez que a IP obriga a Câmara Municipal a repavimentar integralmente a via, será feito tão breve quanto possível.-----

Ainda sobre a intervenção do Deputado Municipal Albino Almeida e as festas, percebe o que diz, têm solicitado que coloquem a música mais baixa, tentam fazer o possível.-----

Ressalvou a intervenção positiva do Deputado Municipal José Soares, estruturada e objetiva, focando aspetos importantes. Nada a acrescentar, para além, do orgulho nas escolas, a aposta no ensino e na requalificação das escolas, o orgulho nas crianças, com investimentos que estão a melhorar o património edificado.-----

Sobre a Estrada de Porto Novo, mais uma vez referiu que, logo que se reúnam as condições, a obra será feita, pois é uma prioridade. É preciso dar tempo ao

tempo, tem-se vindo a degradar há vários anos, atingiu o pico de degradação, nunca ninguém se preocupou, agora têm de se preocupar e vão executar a mesma, garantiu.-----

No que se refere ao saneamento nas Póvoas e à intervenção do Deputado António Sousa sobre o suposto desvio de dinheiro, disse que nos fundos comunitários as Câmaras Municipais não desviam dinheiro, há tipologias previamente definidas para o efeito. Conseguiram uma candidatura de três milhões para os projetos candidatos, com os lugares devidamente identificados, não poderiam fazer noutros locais. Têm de ser feitos novos projetos, uns já estão prontos, outros estão em elaboração. Mas, que o Município não pode de um momento para o outro abrir um procedimento de cerca de um milhão de euros, pois que a Câmara não tem esse dinheiro para esse fim. Tem expectativa que venham a abrir aviso de candidaturas para o efeito. O projeto está feito, portanto pronto a candidatar em caso de abertura de aviso para fundos comunitários.-----

Quanto à falta de segurança nas pontes vai pedir aos serviços para verificar. -----

Relativamente à falta de limpeza e intervenção na Rua de Porto Novo, terá de ser verificada a competência, se da Câmara, se da Junta de Freguesia, no âmbito do Acordo de Execução celebrado com a mesma.-----

Quanto à Rua do Ribeiro, em Malhundes, informou que o assunto está a ser tratado, que a rua está muito má, mas que Porto Novo está pior.-----

Sobre as obras mal executadas na Biblioteca, referiu que a obra está dentro da garantia, como tal a empresa que executou os trabalhos tem de proceder à sua reparação.-----

Por fim, concedeu a palavra ao Sr. Vereador do Pelouro do abastecimento de água, José Alexandre Pinho, não sem antes referir que a dívida de consumo de água não é recente, já vem de trás, de mandatos anteriores, portanto que é uma

responsabilidade partilhada e transversal. É melhor para o Município que todos paguem. Assim, com este assunto na ordem do dia, tão premente e nefasto para a vida municipal, entende que o Município deve ser intransigente e executar todas as dívidas que existem no momento, o que deve ser responsabilidade partilhada por todos.-----

No uso da palavra o Senhor Vereador José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho referiu, quanto à dívida de água que a listagem cedida [íntegra a Prestação de Contas de 2018] aos Srs. Deputados Municipais foi emitida antes do prazo de pagamento. Não há seis mil e tal devedores de água, pois que há consumidores que pagam por débito direto, no final do período mas que, de certeza, constam da referida listagem. Informou que a dívida é atualmente inferior a trezentos mil euros e que tem vindo a baixar. Como gestor autárquico o seu objetivo é que continue a baixar, fazendo tudo com esse intuito, designadamente o envio de ofícios de corte aos devedores, em carta registada em alguns casos. Se não houver ainda assim pagamento o contador é retirado. Existem vários casos em execução fiscal. Referiu que, se o Deputado Albano Braga deixar de pagar, pode ser um bom ensaio por forma a verificar se o sistema está ou não a funcionar.-----

Neste momento, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Paiva informou haver ainda três pedidos de palavra para intervenções complementares, perguntando qual o objetivo da mesma, uma vez que já excederam em muito o tempo previsto no Regimento para este período, que se destina a tratar de assuntos gerais de interesse do Município. Deu conta também que há um vasto pedido de intervenções do público, que vai dar a palavra a estes, nos termos do artigo 13.º do Regimento antes das 24 horas, nem que para isso tenha de suspender a sessão. Apela ao bom senso.-----

De imediato perguntou ao Sr. Deputado Municipal António Augusto Almeida para que efeitos pretende a palavra. -----

O Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida quis dizer ao Vereador José Alexandre Pinho que, se os elementos que fornece não são fiáveis não os forneça. Ao Sr. Presidente da Câmara sobre a cobrança coerciva, referiu que o mesmo se exaltou, mas que devia manter a calma e tranquilidade. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interrompeu, referindo que não respondeu à sua pergunta, se queria uma intervenção complementar, **continuando o Deputado Municipal António Augusto Almeida** dizendo que havia dito na sua anterior intervenção, que o Presidente da Câmara podia ter tornado esta sessão breve. O Sr. Presidente da Câmara não precisava de se ter exaltado dizendo que ia partir para a cobrança coerciva, porque a Câmara Municipal tem já um protocolo com a Autoridade Tributária nesse respeito e, portanto, já o poderia ter feito. Pediu que esclarecesse as pessoas. -----

Do célebre espetáculo usurpado à Câmara e, promovido de forma usurpada [Noite do Infante], e que o Sr. Presidente diz que não sabe, dúvida que não saiba ou se finge que não sabe. -----

Sobre a ER 227, referiu ter feito a pergunta, pois que a marcação que estão a fazer do entroncamento de Arrifaninha para a Rua de Santiago, é extremamente perigosa. Acrescentando que, em Arrifaninha, os peões terão de pedir autorização ao vizinho para passar pelo seu terreno, porque os carros vão passar por cima das pessoas, é muito perigoso. É algo que deveria avaliar, uma vez que no âmbito da descentralização, a Câmara vai de certeza ter de resolver isso.-----

O Sr. Presidente da Assembleia, perguntou ao Sr. Deputado Albano Braga para que efeito pretende intervir, pedindo que seja breve. -----

No uso da palavra, em intervenção complementar, o Deputado Municipal

Albano Oliveira Braga, referiu quase chorar com a intervenção do Sr. Presidente da Câmara. De facto, as taxas dos impostos (IRC, IRS e Derrama) são baixas, o custo da água é baixo, os *rankings* são bons de elogiar e aplaudir. Mas, então perguntou - porque é que as pessoas continuam a fugir de Vale de Cambra? Referiu que há empresas que no aviso dos postos de trabalhos dizem que pagam subsídio de férias e o 13.º mês, o que é de rir, pois que tal é uma obrigação legal! Que em vez de pagarem o salário mínimo, paguem 700 ou 800 euros para terem as pessoas motivadas. -----

Acrescentou que o Sr. Presidente da Câmara não convive bem com a crítica e que até se exalta. Ninguém presente gosta de ouvir notícias negativas, seja de que natureza for. Pessoalmente, tem prazer em ler sobre feitos dos Valecambrenses, seja das associações, das indústrias, etc. Mas que o Sr. Presidente da Câmara faz um discurso de vitimização. Democráticamente podem apresentar as suas críticas, até podem ser erradas. Informou que quando o atual Presidente da Câmara foi Presidente de Junta em Codal, até foi ele mesmo que fez a lista e o colocou em primeiro lugar, do que não está arrependido, mas desiludido com algumas atitudes. Assim como, em 2009 e em 2013 contribuiu muito para que fosse Presidente da Câmara, sem falsas vaidades - acrescentou, mas que está desiludido com algumas atitudes.-----

Relativamente à Juroar, referiu ter sido irónico, pois que era o que mais faltava que houvesse uma parceria.-----

Sobre as árvores no parque da cidade, disse que o Sr. Presidente se esqueceu que andaram lá a trabalhar funcionários da Câmara, uma empresa de Vale de Cambra, bem como os custos dos tutores, pelo que a ACA tem de suportar esses custos, quer ver documentos que provem essa transferência para a Câmara para

provar o seu pagamento. -----

Por fim, disse ao Sr. Presidente da Câmara que quem anda a conspirar são os “seus pares”, que, de vez em quando, há jantares de membros da Assembleia e das Juntas de Freguesia, nas quais o Presidente da Câmara não está presente e depois faz uma intervenção pública em S. Pedro de Castelões a lamentar-se desse caso. Acrescentou que, “eles é que conspiram”, que pessoalmente não conspira, fala verdadeiro, expõe os casos, portanto que o Sr. Presidente deve ter cuidado com “a sua gente”.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, concedeu ainda a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Macieira de Cambra solicitando-lhe que seja breve.-----

Assim, o Sr. João Pedro Costa disse, quanto à estrada de Porto Novo, que enquanto Presidente da Junta, foi incumbido dos contactos com os proprietários dos terrenos necessários ao seu alargamento, mediante uma planta que lhe seria fornecida pelo Técnico do projeto, o que até hoje não lhe foi concedido. Que andaram a marcar o piso, sem que o chamassem, portanto que não sabe se é piso, se é saneamento, se é o centro da via.-----

Quanto à gestão de combustível, informou que tem sido sempre a Câmara a fazer a mesma, mas se tal for necessário a Junta de Freguesia também o vai lá fazer.--

De seguida, foi também concedida a palavra ao Deputado Municipal Albino Luís Soares de Almeida, que face à ausência de resposta à sua questão, esclareceu que não dorme durante oito dias seguidos, durante as festas, que não o disse aqui o ano passado por ser o primeiro do seu mandato nesta Assembleia. Pediu ao Sr. Presidente da Câmara o favor de não o acusar de não gostar das festas, pois gosta das mesmas, mas é uma tortura, aliás considera um crime. Recomendou vivamente a leitura do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro.-----

Por último, tomou da palavra o Deputado Municipal José António Abrantes

Soares de Almeida que, em direito de defesa, referiu que os números por si apresentados não são especulativos, procura sempre nas suas intervenções apresentar números credíveis, de fontes verdadeiramente credíveis. Gosta de fazer as suas afirmações com dados objetivos, credíveis e fiáveis. -----

VOTO DE PESAR aprovado: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis Deputados presentes, aprovar um voto de pesar pelo falecimento do Colaborador da Autarquia, Manuel da Costa, vítima de acidente de trabalho. -----

A este respeito e, por sugestão do Sr. Presidente da Câmara Municipal, **fez-se ainda um minuto de silêncio, em memória do falecido.**-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Presente a Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 18 de junho, acerca da atividade do Município e da situação financeira deste, no período de 5 de abril a 31 de maio de 2019.-----

Aberta a apreciação do ponto, o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, dispensou apresentação ao documento, dada a duração do PAOD e atendendo ao detalhe daquela informação municipal.-----

No uso da palavra o Deputado Municipal, independente, Albano Oliveira Braga, começando, por mais uma vez, dar os parabéns pelo detalhe da

informação Municipal. De seguida, colocou as seguintes questões:-----

- o custo total do evento ***Classical Music Fest***, realizado a 5, 6 e 7 abril;-----
- se o Sr. Presidente da Câmara leu, antes de assinar, o contrato de ajusto direto, de 5 de junho, com a empresa RRI - Serviços ambientais, S.A., no valor de cerca de 60 mil euros. Ressalvou que o serviço de limpeza de bermas vai ser efetuado numa altura em que está proibida a limpeza com recurso a meios mecânicos, o que entende ilegal. Saliou ter pedido um conjunto de documentos já há algum tempo e que só lhe foram entregues uns minutos antes do início da sessão, que os teve de analisar rapidamente. Uma das piores coisas que aconteceram no Concelho, foi o negócio da VCP, o Parque de Estacionamento Subterrâneo, construído pela ACA, que não tem culpa defendeu os seus interesses, mas que o concelho pagou cerca de 8 milhões de euros, quando em outros Concelhos, com mais carros, se fez por metade do preço. A empresa RRI foi uma das empresas convidadas neste procedimento para limpeza de bermas, que tem a sede na mesma porta, na mesma rua, na mesma sala, no mesmo escritório que a ACA. Sente-se ofendido com isto. Fazendo referência ao nome de alguns Deputados presentes, fez alusão à grande discussão e cuidado de análise que o CDS/PP fez em torno daquele negócio, pelo que fica espantado como é que a Câmara convida uma empresa detida a cem por cento pela ACA. Quer explicações sobre esta situação.-----

De seguida, o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, proferiu a seguinte intervenção: “Página 4 – Sessão de sensibilização e Informação Proteção de Florestas contra incêndios: Tendo decorrido os prazos legais para os proprietários procederem à limpeza das faixas de combustível, gostaríamos que o Senhor Presidente da Câmara nos informasse, por um lado, se a Câmara Municipal, enquanto proprietária, cumpriu a sua obrigação e por outro, se a Câmara Municipal se tem substituído aos incumpridores de forma a evitar

situações como as que ocorreram em Pedrogão Grande.-----

Página 24 – Rede de água: Exm.º Senhor Presidente da Câmara: Na informação relativa à rede de água verificamos a omissão de informação referente aos valores faturados e aos valores não cobrados. Porquê?-----

Interveio o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, referindo que, tendo tomado posse em 2013, recorda que em várias reuniões falou sobre o parque subterrâneo e os aspetos negativos do negócio para Vale de Cambra, sem nunca mencionar o nome do parceiro ACA, que não sabe o seu grau de culpa neste processo. O que confrontou foi a decisão tomada pelo Executivo dessa altura de uma parceria público-privada que, de facto, foi muito ruinosa para o Concelho. Pelo menos numa Assembleia extraordinária realizada já em fase final de mandato, para debater a matéria, protagonizou também um ataque a todo este processo, mas não foi o parceiro privado que atacou, mas sim o modelo de negócio implementado, os pressupostos assumidos no estudo financeiro elaborado, a natureza da operação em si no que diz respeito ao parceiro público, pois que só a este compete fiscalizar no âmbito das suas funções. Quanto à ACA sabe que é uma empresa muito prestigiada de Famalicão, que interveio em vários processos, não só como parceiro da VCP, mas na construção do parque de lazer e outros. Nunca teve posição contra a ACA ou a idoneidade da ACA, ou a capacidade ou incapacidade de realizar os seus projetos. Da sua parte não vê impedimento de contratar a ACA ou subsidiário da mesma.-----

Retomando a palavra o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida quis esclarecer que o Parque subterrâneo foi aprovado por todos os elementos na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal. Se não

vieram aqui os elementos necessários para escrutinar a responsabilidade também é nossa, se não se leram as entrelinhas, deviam ter-se lido todas. Portanto “não estejam a mandar lama para a ventoinha, porque vai cair em cima de todos”. Acrescentou querer racionalidade na avaliação e seriedade no debate.-----

O Deputado Municipal Henrique da Silva Dias, em resposta ao Deputado Albano Braga disse que ele não pode, nem deve fazer insinuações, nem deve mentir. Que, a Mesa da Assembleia Municipal realizou uma reunião de trabalho, não um jantar, com os Presidentes de Junta, nos Paços do Concelho, da qual resultou um documento para entregar ao Sr. Presidente da Câmara. Se houve algum réptil, como alguns que estão aqui, que se lembrou de ir dizer ao Sr. Presidente da Câmara que estamos a conspirar contra ele, está enganado. Que se o Sr. Albano quiser falar no seu nome, pode fazê-lo, mas com verdade.-----

Ao Sr. Presidente da Câmara disse que o grupo municipal do CDS está solidário com ele, porque ele hoje foi ali insultado e maltratado e esta é uma casa de respeito.-----

Por fim, referiu ter recebido informação de que os trabalhos da máquina que anda nas freguesias de Arões e Junqueira a abrir estradões para combate aos fogos, teve de interromper os trabalhos em alguns locais porque os proprietários impediram e que só deixam prosseguir os trabalhos depois de construídos muros. Perguntou se tal é verdade. Ora nos matos não há muros, há paredes feitos à mão para dividir os marcos. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, sobre o *Classical Music Fest*, respondeu ao Sr. Deputado Albano Braga: “agradecer que ache que a coisa tenha sido agradável e foi de facto. Sou defensor acérrimo do festival e como sabe, até tem lá um primo, que é um dos principais mentores da iniciativa. Efetivamente corroborar consigo e na pessoa do seu familiar desse brilhantismo,

dessa iniciativa, porque são jovens músicos, internacionais, com elevado potencial que deram um brilho enorme à musica em Vale de Cambra. Mas, também, e fazendo aquilo que eu defendo irmos para as freguesias porque todos têm direito à cultura.”-----

Sobre a empresa RRI, teve conhecimento dos detentores desta empresa por ter estranhado que uma empresa de Famalicão concorresse a um concurso em Vale de Cambra e por sessenta mil euros, pelo que foi indagar. Mais uma vez quis esclarecer não ter qualquer ligação com aquela ou outra empresa. Acrescentou que, a empresa não pode ser excluída em sede de concurso por ser associada de uma ou outra empresa.-----

Em intervenção complementar o Deputado Municipal Albano Oliveira Braga, referiu que, quando disse ao Sr. Presidente da Câmara para olhar para a sua gente, não falou em nomes. Não tem medo das coisas, já repetiu várias vezes que quando ofender alguém lhe digam para pedir desculpa, se cometer uma ilegalidade que o Sr. Presidente da Assembleia vá ao Ministério Público.-----

Referiu que só quer saber os custos do *Classical Music Fest*, que o Sr. Presidente fez um discurso mas que só pediu os custos, o resto não interessa.-----

Referenciou que, quando numa empresa privada faz um contrato é uma questão de gestão ter curiosidade de saber os dados das empresas. Não coloca em causa o interesse que tenha ou não, não disse nada disso. Mas, que sendo um concurso público concorrem as empresas que querem, mas no caso a que se referiu foi por convite, foi a Câmara que convidou a RRI, pelo que pediu explicações de porque foi convidada e de quem foi a ideia.-----

Interveio o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida dizendo que alguns jogadores de futebol dizem jogar melhor quando as bancadas

estão cheias, da mesma forma, hoje há mais público do que é habitual, portanto que alguns “atores” se empolgam e tentam fazer uma melhor exibição.-----

Quanto a esta questão, se devem convidar ou não, ou fazer concurso público, referiu entender que qualquer empresa que tenha capacidade técnica, idoneidade, capacidade financeira para terminar a obra/serviço, tem os mesmos direitos, seja por convite ou não. O importante é olhar para o currículo, se é uma empresa reputada, se tem capacidade financeira e técnica para terminar a obra.---

No uso da palavra o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, em resposta ao Deputado José Soares, informou que antes de começar a sessão teve o cuidado de informar os serviços administrativos que já trazia as suas intervenções por escrito, como é normal. Já sabe qual é o destino, não fez avaliação das pessoas que estão na sala, já trazia tudo preparado de casa. -----

Intervio de seguida, o Deputado Albano Oliveira Braga, referindo que o Deputado José Soares lhe deu um desgosto, pois que desde 2009 que tem gasto muito dinheiro em processos, e que até os tem ganho. Admitiu não esperar daquele Deputado o que disse sobre o futebol, uma vez que já tiveram outras sessões de sala cheia e que sempre interveio da mesma forma. Mesmo quando foi arguido num processo em que lhe pediram 300mil euros de indemnização, ganhou o mesmo. Tem ganho os processos todos, em prol do interesse de Vale de Cambra. E o dinheiro não o pediu a nenhum partido ou pessoa. Mas que, quando precisou da solidariedade do partido, das pessoas do CDS que estas o abandonaram até hoje.-----

No uso da palavra o Deputado José António Abrantes Soares de Almeida esclareceu que em 2009 não fazia parte da Assembleia Municipal, que só foi eleito para este órgão em 2013, e que esteve presente em todas as sessões até

hoje. Durante esse período fez parte da Assembleia de Freguesia de Macieira de Cambra, tendo apenas faltado a uma por imprevistos de última hora.-----

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, sobre a empresa RRI que não conhece e não conhecia e, porque o vereador Pedro Almeida o ter acusado de mentir, disse que esta RRI foi convidada a par de outras empresas, que só teve conhecimento da sua origem quando viu que era de Famalicão e após ter pesquisado. Quando se faz o procedimento por ajuste direto, quem tem de dominar os aspetos técnico e legais são os técnicos, embora seja validado pelo Presidente da Câmara, não tendo intervenção direta na seleção da empresa. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, referiu que o Sr. Vereador José Pedro Vieira de Almeida está a pedir a palavra, mas que não a vai conceder uma vez que o Regimento desta Assembleia Municipal diz que a Câmara Municipal faz-se representar pelo Presidente da Câmara que, pode intervir nos debates, sem direito a voto obviamente, ou pelo vereador em quem delegar esses poderes. -----

Alegando o Vereador Pedro Almeida querer intervir em defesa da honra, o Sr. Presidente da Assembleia disse que a sua honra não foi sequer mencionada, pedindo que acate a direção da Mesa na condução dos trabalhos.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 18 de junho, acerca da atividade do Município e da situação financeira deste, no período de 5 de abril a 31 de maio de 2019.-----

Ausentaram-se, temporariamente, da sessão os Deputados Municipais Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro e Sérgio Miguel Santos Soares.-----

2. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE S. PEDRO DE CASTELÕES | FESTAS DE S. PEDRO - DELIBERAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE 26 DE FEVEREIRO E DE 7 DE MAIO DE 2019: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, iniciou a apreciação do ponto 2, agendado por proposta da Câmara Municipal de 7 de maio, que submete à apreciação desta Assembleia, uma deliberação de 26 de fevereiro, propondo a atribuição de mil euros à Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, organizadora das Festas em honra do Padroeiro da Freguesia e da Semana Cultural.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva explicou o objeto do apoio proposto, sendo que no caso de apoios à Freguesia serem da competência da Assembleia.-----

O Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, proferiu a seguinte intervenção: “A atribuição de subsídios para eventos, festas e arraiais não é apenas uma questão financeira. O executivo municipal terá sempre de avaliar se está a anular a história e as tradições das comunidades financiadas. Argumenta o povo na sua sabedoria que festas sem mordomia não têm ponta de alegria. E, devotos sem procissão é meio caminho para a perdição. E, procissões sem fé não passam de passeios a pé.”-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e quatro Deputados Municipais presentes, atribuir um apoio financeiro à Freguesia de S. Pedro de Castelões, no montante de mil euros (€ 1.000,00), em virtude de ser a entidade organizadora da Festa em honra do Padroeiro de S. Pedro de Castelões e da Semana Cultural, nos termos das propostas da Câmara Municipal de 26 de fevereiro e de 7 de maio de 2019.-----

3. ATRIBUIÇÃO DE APOIO LOGÍSTICO À FREGUESIA DE S. PEDRO DE

CASTELÕES, PARA REALIZAÇÃO DA SEMANA CULTURAL 2019 - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 18 DE JUNHO DE 2019: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, iniciou a apreciação do presente assunto, agendado por proposta da Câmara Municipal de 18 de junho, que submete à apreciação desta Assembleia o apoio logístico à Freguesia de S. Pedro de Castelões para realização da Semana Cultural 2019 e Festas de S. Pedro. Informando ainda que, no seguimento de uma questão colocada por um membro da Assembleia quanto à competência sobre esta matéria que, embora não encontre nos documentos, foi informado existir um parecer da Jurista da Câmara que o apoio não estando protocolado, tem de vir à Assembleia Municipal.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva informou que, tal como o apoio financeiro, este apoio logístico para a festa é da competência da Assembleia, uma vez que é concedido à Freguesia.----

O Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, proferiu a seguinte intervenção, de acordo com o documento entregue: “É do entendimento da bancada do PPD/PSD que matéria como a constante deste ponto é da estrita competência da Câmara Municipal, pelo que não deveria ser esta Assembleia a deliberar sobre um mero ato de gestão autárquica. -----

A ocorrer esta deliberação abrirá um precedente que, sempre que a Câmara queira emprestar uma simples grade a uma Junta de Freguesia terá de solicitar a aprovação à Assembleia. Prevemos, por esta razão, o agendamento de várias Assembleias extraordinárias dados os eventos vertidos na informação prestada pelo Ex.º Senhor Presidente da Câmara.”-----

No uso da palavra o Deputado Municipal, independente, Albano Oliveira

Braga, disse ser a favor que se empreste o material. Embora não vá votar este ponto, porque por acaso esteve presente na reunião de Câmara do dia 18 e assistiu à discussão do ponto e tendo sido colocado em causa que isto não devia vir a assembleia, que era mero ato de gestão. Perguntou ao Sr. Presidente da Assembleia se tem o referido parecer para análise. **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que não mas que o poderá solicitar e distribuir. Continuando **o Deputado Albano Braga** referiu que não vota o ponto por não ter o parecer da Jurista.-----

Mais esclareceu o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** que, de facto, não tem o parecer, mas que lhe falaram dele porque também colocou esta questão, de qualquer forma vai pedir, se existir será distribuído, se não existir pedirá à Jurista para esclarecer e passar isso a escrito, após o que será distribuído a todos os Deputados Municipais.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que esta questão foi também colocada em sede de reunião de Câmara pelo Vereador Pedro Almeida. Pessoalmente também acha que este tipo de deliberação que provoca algum atraso no desenrolar dos apoios, era bom que não fosse assim. Ainda assim, estão a falar de um apoio substancial e não de uma simples grade.-----

O Deputado Municipal António Augusto Almeida retomou a palavra, referindo ter sido mordomo das festas, que em diferentes festas isto nunca aconteceu. Assim, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal junto da Jurista deve dizer que isto não pode acontecer, se não terá de justificar os anteriores, esteve ilegal até agora. Ao que o **Sr. Presidente da Assembleia** respondeu que irá solicitar essa informação e a fará distribuir.-----

O Deputado Municipal José Soares chamou atenção para que se trata de uma operação entre autarquias, não se trata de uma Comissão de Festas.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e três Deputados Municipais presentes*, conceder à Freguesia de S. Pedro de Castelões, o apoio logístico solicitado para a realização da Semana Cultural de 2019, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 18 de junho de 2019, ratificando os procedimentos desencadeados pela Câmara Municipal até à presente data.-----

* **Após a votação, o Sr. Presidente, Manuel Miguel Pinheiro Paiva** proclamou a aprovação do ponto por unanimidade dos 24 membros presentes. De imediato, o Deputado Municipal Albano Braga afirmou: “Eu não votei.”. Confirmou o 1.º Secretário da Mesa que o Sr. Deputado Municipal não votou. O Sr. Presidente da Assembleia referiu: “Não vota? Ou abstém-se ou sai da sala! Pronto. Mas a sua intenção é essa, não estar presente? Pronto, fica registado por 23, com a ausência do Sr. Deputado Municipal Albano Braga.”-----

Reentraram na sala, os Deputados Municipais, Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro e Sérgio Miguel Santos Soares.-----

Retirou-se da sala, temporariamente, o Deputado Municipal Henrique Martins Pereira. -----

4. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE JUNQUEIRA | MARCHAS POPULARES DE SANTO ANTÓNIO – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 7 DE MAIO DE 2019: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, iniciou a apreciação do presente assunto, agendado por proposta da Câmara Municipal de 7 de maio que submete à apreciação desta Assembleia o apoio financeiro à Freguesia de Junqueira, pela participação nas Marchas Populares de Santo António de 2019.---

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva deu conta dos apoios deliberados pela Câmara Municipal, no âmbito das

Marchas de Santo António. Reconheceu o notável trabalho de cada uma das Marchas e referiu o esforço da Câmara em apoiar este evento. Cada Marcha recebeu 4.150euros. Para as bandas foi atribuído em sede da Câmara 7.500euros a dividir pelas duas Bandas.-----

O Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, proferiu a seguinte intervenção, de acordo com o documento entregue: “As marchas são o ex-libris das Festas de Santo António.-----

É com amargura que não vi representada a marcha da minha freguesia Codal. O meu coração vestiu-se de preto. Espero que para o ano 2020 cá estejam nas festas do Concelho.-----

Quanto à atribuição do subsídio faço o seguinte comentário: o evento já ocorreu/a despesa está feita/agradecemos a quem adiantou o dinheiro. Este atraso da Câmara na apresentação da proposta à Assembleia Municipal é mais um exemplo do que a Câmara não deve fazer como já referi no que respeita aos pontos 11 e 12 da Assembleia Municipal de hoje 27.6.2019.”-----

Interveio o Deputado Municipal, independente, Albano Oliveira Braga referindo que o subsídio às Marchas deveria ser mais elevado, pois trata-se de Cultura. Até porque à cantora Rute Marlene se pagou 24 mil euros por uma atuação. Sugeri portanto que já no ano seguinte se aumente o subsídio às Marchas. Concretamente sobre a Marcha de Junqueira referiu ter adorado a mesma, que esteve cinco estrelas.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e cinco Deputados Municipais presentes, atribuir um apoio financeiro à Freguesia de Junqueira, no montante de quatro mil cento e cinquenta euros (€ 4.150,00), na qualidade de participante nas Marchas Populares de Santo António – Adultos (2019), nos termos da proposta da Câmara Municipal de 7 de maio de 2019.-----

5. ACORDO DE PARCERIA A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE JUNQUEIRA | I CONCURSO NACIONAL DE BOVINOS DA RAÇA AROUQUESA ARESTAL 2019 - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 4 DE JUNHO: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Manuel Miguel

Pinheiro Paiva iniciou a apreciação deste ponto, agendado por deliberação da Câmara Municipal de 4 de junho, dando nota do objetivo desta parceria que é promover a fixação de jovens produtores pecuários, nomeadamente nos núcleos rurais do Concelho, de forma a incrementar a produção de animais de raça bovina arouquesa, no sentido de aumentar o efetivo de uma espécie autóctone no nosso Concelho e mostrar aos seus criadores a valia da raça valorizando a autenticidade do produto.-----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva disse, atendendo ao objetivo já referido, é importante que a Freguesia de Junqueira assuma a realização deste evento, propondo-se a Câmara atribuir-lhe 3.000,00€ para cofinanciar a organização.-----

O Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, proferiu a seguinte intervenção: “São estas nobre realizações promovidas pelo interior do concelho que demonstram ao “centrão” que há valor e potencialidade de projetar o interior do Concelho. É preciso que o “centrão” saiba aproveitar as potencialidades do interior.”-----

Interveio de seguida o Deputado Municipal Henrique da Silva Dias referindo que, este evento e o realizado em Cepelos são a projeção da Raça Arouquesa. Infelizmente, estes apoios são insuficientes e as pessoas não se dedicam à agricultura. A carne é paga ao produtor mais ou menos ao preço da outra, não sendo rentável. Os três criadores, se não se engana, estão os três fixados na

Freguesia de Arões. Uma vez que, no ano anterior, um industrial demonstrou interesse em promover o evento, perguntou se a Câmara sabe se o interesse do mesmo se mantém ou se se desinteressou do evento.-----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, disse que era importante dar mais apoios, que os Municípios estão a ser financiadores de tudo, que essa devia ser uma competência do Estado. Em tempos, era o Estado que desenvolvia e fazia o levantamento genealógico. Que os Ministérios estão vazios de funções, vazios de colaboradores. As Câmaras fazem-no com vontade e sentimento de ajuda, mas que além do veterinário municipal não podem desenvolver atividade nesta matéria. O setor agrícola no que ao Estado diz respeito está muito abandonado. -----

Quanto à Feira do Arestal, felicitou a Junta de Freguesia pelo arrojo de agarrar a organização deste evento de grande tradição no Concelho. A abertura ao solar da raça poderá trazer-lhe uma nova dimensão, até pela participação de Municípios que têm quase uma profissionalização da produção desta raça, ao contrário de Vale de Cambra cujo criador de maior expressão é o Deputado José Ferreira, cujo trabalho enalteceu.-----

Retomou a palavra o Deputado Municipal Henrique Dias, referindo que, o ano passado, esteve um empresário ligado ao sector muito interessado em transformar a feira em maior dimensão e, pelo que percebe, deve ter havido desinteresse e voltou a Feira ao ritmo da vontade da Junta de Freguesia e de meia dúzia de produtores.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e cinco Deputados Municipais presentes, autorizar a Câmara Municipal a celebrar um Acordo de Parceria com a Freguesia de Junqueira, com vista ao apoio na realização do Concurso Nacional de Bovinos da Raça Arouquesa Arestal 2019,

aprovando o teor do Acordo e respetiva despesa, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 4 de junho de 2019.-----

6. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE JUNQUEIRA PARA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE JUNQUEIRA – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 18 DE JUNHO DE 2019: O Sr. Presidente da

Assembleia Municipal Manuel Miguel Pinheiro Paiva introduziu a apreciação deste ponto, agendado por deliberação da Câmara Municipal de 18 de junho, propondo a atribuição de vinte mil euros à Freguesia de Junqueira para ampliação do cemitério daquela freguesia.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, informou que, à semelhança de outras Freguesias que tiveram apoio para ampliação e requalificação dos seus cemitérios, propõe-se agora atribuir a Junqueira, que atualmente está sem espaço, tendo já a referida Freguesia adquirido um terreno para o efeito, sendo urgente o desenvolvimento dos trabalhos.-----

O Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, proferiu a seguinte intervenção: “Quanto custou a ampliação de Arões, Cepelos, Macieira de Cambra e União de Freguesias? O rateio é proporcional? Sim? Não?”-----

Interveio o Deputado Municipal, independente, Albano Oliveira Braga informando do seu sentido de voto – abstenção, pois que embora nada tenha contra, assistiu à discussão deste ponto em sede de reunião de Câmara. Acrescentando que, em 2016 votou a proposta de atribuição de 20mil euros a Arões e Cepelos, em 2017 votou a atribuição de 20mil euros a Macieira de Cambra e, em 2018, não participou nessa reunião. Vai abster-se por ter dúvidas

quanto à necessidade de um projeto e demais documentação, para suportar a decisão. Tendo essa mesma questão sido levantada em sede de reunião de Câmara, ficou na dúvida se cometeu ilegalidade nas anteriores votações, pelo que vai abster-se.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção do Deputado Municipal independente, Albano Oliveira Braga, atribuir um apoio financeiro à Freguesia de Junqueira, no montante de vinte mil euros (€ 20.000,00), para efeitos de ampliação do cemitério daquela freguesia, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 18 de junho de 2019.-----

Declaração de voto do Deputado Municipal Albano Braga: "Pelo que assisti na reunião da Câmara Municipal de 18 de junho de 2019, tenho dúvidas em termos legais por causa da ausência do projeto e documentação de apoio a suportar quer a decisão da Câmara quer a da Assembleia Municipal, por esse motivo, abstenho-me." -----

Reentrou na sala o Deputado Municipal Henrique Martins Pereira. -----

7. PROGRAMA DE APOIO À REDUÇÃO TARIFÁRIA (PART) | PASSE ÚNICO | COMPARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 21 DE MAIO DE 2019: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Manuel Miguel Pinheiro Paiva introduziu a apreciação deste ponto, agendado por deliberação da Câmara Municipal de 21 de maio, relativa à comparticipação do Município no PART.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, informou que, este Projeto, foi muito badalado, e tem vindo a ser aplicado na AMP, com a respetiva repartição de despesa. Este é um processo que ainda não está concluído, tem sido um processo complexo e difícil, que envolve meios consideráveis, mas que o Governo e a AMP entenderam lançar já no corrente

ano. Significa uma redução considerável nos passes dos transportes públicos. Apesar de Vale de Cambra não ter transportes satisfatórios, pese embora o esforço nos transportes escolares, é preciso maior oferta e ligação com as várias redes, com os diversos Municípios e AMP, é nisso que a Câmara Municipal está a trabalhar. Vale de Cambra nunca irá ter uma rede de transportes como o Porto e Gaia, pois a procura é diferente, mas se melhorarem a rede de transportes e articularem com os Municípios vizinhos, Vale de Cambra poderá melhorar, sendo expectável que ainda este ano a AMP faça o desenho das redes, em articulação com as Câmaras, por competência delegada. -----

Esta redução tarifária, traduziu-se no preço de 30euros por um passe municipal e de 40euros pelo passe intermunicipal, para os utentes mas que tal tem uma comparticipação financeira de 2,5% do valor global, que corresponde este ano a cerca de 22mil euros para o Município de Vale de Cambra.-----

No uso da palavra o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, após informar do seu sentido de voto – favorável, reconheceu grande alcance social e ambiental, pelo uso dos transportes públicos, mas não pode deixar de referir algumas injustiças destes programas. Já para não falar na injustiça a nível nacional porque umas regiões têm direito e outras não, sendo que aquelas que têm direito até são as de melhor nível de rendimento e poder de compra, mas um concelho que fique situado no centro da AMP, pode deslocar-se alguns km para Norte e para Sul, mas uma pessoa que viva na periferia só tem vantagem se se deslocar para Norte, pois se se deslocar para S. Pedro do Sul ou Oliveira de Frades já não beneficia deste apoio, assim como quem viaja para Sul, para lá de Oliveira de Azeméis também não beneficia deste apoio. Uma família de três membros que viva no Porto, e que um trabalhe na Trofa, outro em Paredes e

outro em Vale de Cambra todos beneficiam, uma família de Vale de Cambra que trabalhe um a Norte, outra a Este e outra a Sul, só uma beneficiará. Depois dentro dos próprios concelhos há níveis de desenvolvimento diferentes, são as mais desfavorecidas em relação às outras que terão de andar de transportes públicos. Acresce que se pagam sobretaxas sob o gasóleo e a gasolina para financiar estes transportes, assim como financiar e beneficiar as pessoas que vivem predominantemente no centro, que são as que têm melhores níveis de desenvolvimento. Obviamente temos de pesar o seu todo, e os benefícios sociais são superiores, mas não se pode deixar de reconhecer que há esta injustiça.-----

O Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, proferiu a seguinte intervenção: “O Sr. Presidente da Câmara diz que pagou bem na AMP, mas não tem um passe real, tem um passe virtual porque não tem a mobilidade necessária para o concelho e, diz que vai falar disso mais tarde, quando os restantes concelhos que estiveram com ele nas reuniões trataram de tudo nesse tempo e hoje têm o que nós não temos.-----

Não foram contempladas as correções das assimetrias, não cobre o interior, não foram contempladas as compensações, ou seja, quem vive em Arões e em Junqueira que não têm transporte próprio, a Autarquia que tutela deveria ter negociado compensações de forma a dizer quantas pessoas se deslocam, e quanto gastam e quanto deveriam gastar nos transportes, e haveria um diferencial social que deveria de ser compensado. -----

Na Assembleia Municipal de 23.04.2019, no Período antes ordem dia, abordei este tema. A resposta do Sr. Presidente da Câmara foi nada de coisa alguma. Hoje apresenta-nos o resultado do seu silêncio absoluto. Não teve tempo para informar, não teve tempo para debater. Agora vai pagar. Vamos pagar cerca de 22 mil euros. Do que é que os valecambrenses vão usufruir? Porque é que os outros Municípios estudaram e debateram e nós não? Vamos pagar tanto como o Porto

e Gaia vão participar, mas não vamos usufruir nos mesmos termos. Pedem-nos na AMP que Vale de Cambra seja solidária nos pagamentos mas eles não são solidários na distribuição. O que é que o Senhor Presidente da Câmara defendeu na AMP sobre esta matéria? -----

Estamos de acordo com os princípios inerentes à questão: fazer com que as pessoas beneficiem do passe único, não estamos de acordo com a sua falta de metodologia. Não esqueça que a mobilidade municipal é da competência da Câmara Municipal, da sua competência. Todos os 17 municípios da AMP defenderam, cada um por si, os seus interesses. Não percebeu? -----

Concluindo, a Câmara Municipal de Vale de Cambra é um típico exemplo dos ajustes diretos a transportadoras, o que, na nossa opinião, reflete um descuido financeiro que acarreta custos acrescidos e serviços mínimos às populações.”-----

Interveio ainda o Deputado Municipal Albino Luís Soares de Almeida referindo não haver dúvida que esta medida não deixa de ser uma medida social, sobretudo para aqueles que mais necessidade têm de transporte e que o usam todos os dias. Mas que esta excelente medida, cai sob uma disfunção no caso de Vale de Cambra porque não tem uma rede de transportes, se a há digam, pois internamente praticamente não existe. A comunicação para fora do Concelho é extremamente difícil, por exemplo para chegar a Santa Maria da Feira, a 20km, em autocarro e devido às escalas, saem cerca das 7h e chegam ao destino pelas 9h30m. Esta medida em Vale de Cambra não vai melhorar nada, a não ser para quem já o utiliza, pois que não vai aumentar a afluência ao transporte público em Vale de Cambra porque ele não existe. Será que não andamos mesmo a reboque da AMP? - perguntou. Não temos rede de transportes, nunca se pensou nela, aliás tem vindo a piorar – afirmou.-----

Usou da palavra o Deputado Municipal, independente, Albano Oliveira Braga, subscrevendo a intervenção do Deputado Municipal José Soares, comungando ainda das preocupações dos Deputados Municipais António Augusto Almeida e Albino Soares. Acrescentando que, Porto, Gaia e Matosinhos são uns prepotentes, porque a verba de 377.056euros foi distribuída de forma equitativa. Quando interessa a AMP faz rácios, como o foi com as verbas comunitárias, mas quando é para pagar é tudo igual. O Porto pagar o mesmo que Arouca e Vale de Cambra é uma prepotência. O Sr. Presidente da Câmara tem de bater o pé. A prepotência começa quando o Sr. Primeiro Secretário da Comissão Executiva Metropolitana, Eng.º Mário Rui Soares, envia uma comunicação, em 3 de abril deste ano, solicitando o pagamento da prestação, igual em todos os Municípios, até maio, nem se dão ao luxo de respeitar a decisão de Câmara e de Assembleia que se realiza apenas no mês de junho. Leu o final da referida comunicação.-----
Vai votar contra por causa do princípio, quando é para pagar pagam todos por igual e quando é para receber os milhões, recebemos umas “migalhitas” que caem das mesas quando se reúnem os três. -----
Isto é que é uma democracia!-----

Interveio ainda o Deputado Municipal Henrique da Silva Dias referindo que a Câmara de Vale de Cambra não tinha muita alternativa, isto é, pertence à AMP, a decisão é maioritária, tem de aceitar. Atendendo a que a rede viária do concelho é muito pobre, sobretudo na parte interior do Concelho, entende que a haver uma renegociação da rede viária, a Câmara deve impor-se e dizer que precisa de mais e melhor para as suas populações.-----

De seguida, referiu que nos grandes centros também se dá o *transfer* de autocarro para chegarem ao destino.-----

Usou novamente da palavra o Deputado Municipal Albino Almeida, referindo

que a resposta do Deputado Henrique Dias foi infeliz, pois estão a falar do interior onde não há transporte, é preciso um ou dois autocarros e várias horas de espera para sair de Vale de Cambra. Em Lisboa há várias redes de transporte, e aqui para fazer 20km precisamos de 3 horas, quando lá se faz em 10 minutos, mesmo mudando de transporte. O que interessa é que não há uma rede em Vale de Cambra. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, respondeu que os 17 Municípios defenderam os seus interesses, mas que é impensável ter uma rede de transportes em Vale de Cambra como há no Porto, com a mesma periodicidade de 10 em 10m ou de 15 em 15m. Até poderiam ter essas carreiras, mas o Município teria de as pagar.-----

Acrescentou que a rede de transportes em Vale de Cambra está concessionada, uma concessão de longa data, que só vai cair quando entrar em vigor o procedimento que a AMP vai abrir, com um novo desenho, com nova periodicidade e novas linhas. No fundo, o trabalho que está a ser feito dará os seus frutos quando se abrirem os concursos públicos internacionais para as novas linhas. Informou que as mesmas estão a ser desenhadas em articulação com a Autoridade Metropolitana de Transportes, pois que o Município delegou competências na gestão dos transportes. Foram construídas unidades territoriais que dão escala e dimensão aos concursos abertos, com desfecho - espera - positivo, para a AMP e para Vale de Cambra com a melhoria da oferta. Tem de haver equilíbrio. Daqui para a frente os valores de participação serão proporcionais aos km e rede coberta. Este consenso foi para o início do processo. Mais informou que as linhas estão a ter em conta as escolas, as zonas industriais e seus trabalhadores. Espera-se uma rede melhor, sempre com a razoabilidade

financeira da operação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte votos a favor, um voto contra (do deputado municipal independente Albano Oliveira Braga) e cinco abstenções (deputados municipais: António Augusto de Pinho Soares de Almeida, António Santos Sousa, João Pedro Henriques da Silva, Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz e Sérgio Miguel Santos Soares), autorizar a despesa com a comparticipação do Município de Vale de Cambra, no PART - “Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos”, na Área Metropolitana do Porto, para o ano em curso no montante de € 22.179,77 €, bem como autorizar a assunção do compromisso plurianual, respeitante à comparticipação no PART que, se estende, também, aos anos de 2020 e 2021.-----

Pelas 00h07m do dia 28 de junho, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração da Assembleia a continuidade dos trabalhos o que mereceu a aprovação unânime dos vinte e seis Deputados Municipais presentes, assim como antecipar o Período de intervenção do público.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Usou da palavra o primeiro Cidadão inscrito, Sr. Carlos Firmino Nadais dos Reis que, após cumprimentar os presentes e dirigido algumas palavras ao Deputado António Sousa, colocou as seguintes questões, às quais diz não obteve ainda resposta desde a última sessão: (1) artigos matriciais e/ou descrições prediais dos prédios cedidos para o Centro Cívico de Vila chã; (2) quando se faz o parque para limpeza de caravanas, se é que vai ser executado; (3) qual a opinião dos Líderes de Bancada sobre a existência de dois períodos para intervenção do público.-----

De seguida e, sobre o Parque do Moradal, perguntou: (1) quais os artigos

matriciais e/ou descrições prediais dos prédios que deram lugar ao referido parque; (2) sobre as suas obras de ampliação começadas em 02.07.2017 e já terminadas, quem é o dono da obra, se tem licença, qual o número da mesma e desde quando, assim como questionou a existência de projeto da obra. A este respeito perguntou ainda quem é o responsável técnico pela colocação do betão armado, o responsável técnico pela instalação elétrica e pela instalação de gás; (3) a razão daquele espaço ser gerido pela Associação do Moradal, assim como se tem licença de utilização para o efeito.-----

Relativamente às expropriações, deu conta do previsto no n. 3, do artigo 17.º do Código das Expropriações (Lei 168/99, de 18 de setembro, na sua última redação): “A publicação da declaração de utilidade pública deve identificar sucintamente os bens sujeitos a expropriação, com referência à descrição predial e à inscrição matricial (...)”, e que com isto se devia aprender.-----

Mais uma vez, solicitou a disponibilização de e-mails dos Deputados Municipais, à semelhança dos Deputados do Parlamento Europeu, conforme listagem que entregou.-----

Alertou para a falta de gestão de combustível, num terreno sito junto à entrada da cidade e entrada do parque da cidade (próximo da central de camionagem), que tem entre os seus proprietários um ex-Presidente de Câmara. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, esclareceu que as perguntas colocadas pelo Munícipe foram remetidas à Câmara Municipal, mas que não o foram imediatamente após a sessão, mas assim que foi ouvida a gravação e transcritas as referidas questões.-----

De seguida, usou da palavra, o segundo cidadão inscrito, Sr.ª Maria Alice de Matos Lima Novo Dantas Martins que, após cumprimentar os presentes,

demonstrou o seu pesar pela situação de degradação da estrada de Porto Novo, pese embora a referência do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Presidente da Junta e de membros da Assembleia durante a sessão, pois parece que Porto Novo não vem no mapa. Naquela estrada não passa uma camioneta face à elevada perigosidade, nem sequer passam dois carros um pelo outro e, em alguns troços, não conseguem passar sem que tojos, giestas e silvas batam nos carros. A estrada tem apenas cerca de 4 ou 5 km, acresce que já foi afirmado pelo Sr. Presidente da Câmara que não é por falta de dinheiro, também já assumiu que é a pior estrada do Concelho. Que razão dão para ainda não estar o assunto resolvido? Acha inacreditável. O povo de Porto Novo sente-se como *persona non grata*.-----

Apelou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e ao Deputado José Soares, por serem oriundos/residentes em Macieira de Cambra que façam uma visita a Porto Novo, para que lhes possa mostrar a injustiça que ali se vive, pois que são ofendidos diariamente e prejudicados, a vários níveis, até a nível de saúde. Pagam impostos como outros Cidadãos. Gosta de Vale de Cambra mas não pode perdoar que se continue nesta injustiça. Há dois anos que ouviu exatamente o mesmo discurso de hoje. Não se conforma. São uma vintena de habitantes, mas são pessoas!-----

Terminou referindo que não voltará a usar da palavra, que poderá escrever sim, mas que esta foi a sua última intervenção sobre o assunto. A este respeito, acrescentou que enviou um e-mail (com várias fotografias da estrada/giestas) ao Sr. Presidente da Câmara e serviços há um mês e que não obteve resposta, nem sequer a acusar a receção do mesmo.-----

Interveio de seguida o terceiro cidadão inscrito, Afonso da Silva Almeida, que, após cumprimentar os presentes, solicitou a revisão do horário das sessões, de modo a que o público possa participar, pois que muitos têm de ir trabalhar no

dia seguinte.-----

Também vinha intervir sobre Porto Novo, mas que dada a intervenção do anterior inscrito, manifestou todo o apoio aos proprietários e moradores daquele lugar. Ouvem-se intervenções tão carinhosas e humanas mas que esquecem-se destas situações. Que, há aproximadamente dois anos, a resposta dada pelo sr. Presidente da Câmara foi a mesma e que hoje saem com uma mão cheia de vazio. Já em 2009 entregou na Câmara uma comunicação em que todos os proprietários, até à zona de Pedre, cediam os terrenos necessários para alargamento de forma gratuita. O Sr. João Costa, Presidente da Junta de Freguesia ofereceu-se para estabelecer contacto junto dos proprietários, mas o interesse da Câmara Municipal foi nulo. São cidadãos tal como os outros cidadãos de Vale de Cambra. Argumentou ainda que aquela estrada serve também de acesso ao empreendimento no Trebilhadouro, pelo que a sua retificação seria também uma forma de promover o Turismo, aposta da Câmara Municipal.-----

Relativamente à Estrada Macieira de Cambra – EN 224, e a questão da segurança dos muros das pontes junto ao lugar de Malhundes, que já foi levantada há 2 anos, que para a sua solução não é necessário uma verba exorbitante, é sim uma questão de boa vontade. -----

Referenciou os passeios refeitos no centro de Vale de Cambra, assim como agradeceu os passeios na Rua da Avibur. Pediu ao Sr. Presidente da Câmara para ver se sobra algum dinheiro para arranjar o Centro de Macieira de Cambra, e a via, pois que que Macieira está uma lixeira, com o armazém da Câmara e uns barracos a cair. -----

De seguida usou da palavra o terceiro inscrito, Sr. Cristiano Melo da Silva,

na qualidade de Presidente da Direção da Associação Desportiva Valecambrense, no sentido de sensibilizar para as condições do desporto em Vale de Cambra, pois que têm cerca de 200 miúdos a praticar futebol, levando o nome de Vale de Cambra, pelo menos, por todo o Distrito de Aveiro. Mas que, Vale de Cambra não tem um Plano para o Desporto, nem visão de futuro, que é disso que o Concelho precisa, de melhorar as infraestruturas assim como as condições em termos técnicos, pois há muito talento em Vale de Cambra, há uma propensão muito grande para a prática de desporto. São realizadas umas atividades pontuais que, em sua opinião, levam o dinheiro da Câmara. Que as associações, como o Valecambrense e outras, deveriam ser mais apoiadas. Não se refere apenas a apoio financeiro, mas também em termos de infraestruturas, pois que nesta questão ficam anos luz atrás de outros Concelhos, para onde os miúdos estão a ir treinar, que já tiveram de rejeitar crianças para o próximo ano por falta de instalações. A título de exemplo, referiu que Oliveira de Azeméis tem três campos sintéticos para treinos. Referiu que o Desporto é tão importante como a estrada de Porto Novo e de outros assuntos discutidos na presente sessão, argumentando que, todos os fins de semana, trazem centenas de pessoas cá, que vêm ver os filhos jogar e que almoçam cá, portanto ajudam também economicamente o Concelho. O sentimento geral é que não se apoiam as pessoas que dão tempo da sua vida familiar e de projetos pessoais lutando para que os meninos pratiquem desporto, que os projetos e ideias são esquecidos, e que andam sempre a pedir, a fazer um favor a alguém, para cortar a relva, para arranjar uma tinta, que são uns pedintes.-----

Usou, por fim, da palavra o quarto cidadão inscrito José Pedro Vieira de Almeida que, após cumprimentar os presentes, referiu que a lei prevê que quem representa a Câmara Municipal nas sessões da Assembleia é o Presidente da Câmara que, só ele pode falar, ou então autoriza os vereadores a falarem.

Contudo, perguntou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, no caso em que haja defesa da honra, se, de acordo com a Lei e o Regimento, os senhores Vereadores podem intervir para se poderem defender. Pois que se não o puderem esta não é a casa da democracia, onde se deve respeitar a maioria e a oposição.-----

De seguida, explicou que, quando a Câmara executa uma obra ou quando contrata uma prestação de serviço rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, existindo diversas tipologias de procedimentos a adotar e, consoante a tipologia de cada um, há competências que são da Câmara Municipal e há competências que são do Sr. Presidente da Câmara. Concretamente no caso das consultas prévias, que há pouco se falava, a competência para fazer os convites é do titular do pelouro/competências delegadas das obras municipais. Consultado o site do Município o referido pelouro está atribuído ao Sr. Presidente da Câmara. Portanto, quando se faz uma consulta prévia é o Sr. Presidente da Câmara que diz quais as empresas que se convidam. Usando o caso de Porto Novo e, embora não conheça o projeto, referiu que, admitindo que a obra custe menos de 150mil euros, se o Sr. Presidente disse que havia dinheiro, pode chamar o Carlos Pinho, a ACA, o Manuel Francisco de Almeida, e assina um documento e abre o concurso amanhã, daqui a cerca de 3 meses poderá eventualmente iniciar a obra. Se o Sr. Presidente da Câmara estava a estranhar e só quando foi assinar o contrato é que ia saber qual é que era a empresa, não estava a falar a verdade, porque no início do procedimento já teve de escolher as empresas, e é ele próprio que as escolhe não é mais ninguém, pois não há quem tenha competências para o efeito.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva,

referiu não querer entrar em discussão, até porque tinha razão em não lhe conceder a palavra pois que o Vereador Pedro Almeida não fez defesa da honra, mas quis dar uma explicitação, pertinente de resto.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, começou por referir que as perguntas do Sr. Carlos Firmino lhe sejam encaminhadas para resposta.-----

Em relação à intervenção da Sr.^a Dr.^a Maria Alice Dantas, referiu que não se trata de desrespeito ou falta de consideração pelo povo de Porto Novo, mas que há obras e situações que, por muito desejo em executar, nem sempre se torna possível quando o desejam. Pessoalmente, vê a estrada de Porto Novo como uma prioridade, pese embora outros locais com necessidades prementes, como o acesso à Quinta da Corguinha e o acesso à Quinta do Barco, onde não ía um carro ou uma ambulância. A situação de Porto Novo terá desfecho assim que possível. Argumentou que todo o mal de Porto Novo não pode ser a si atribuído, ate porque a situação da estrada tem vários anos e tem-se vindo a agudizar.-----

Quanto à intervenção do Sr. Eng.^o Afonso Almeida, que este falou de variadíssimas questões mas que na generalidade estão respondidas. No que se refere aos fundos comunitários e o arranjo do centro de Macieira de Cambra, referiu que recentemente foi aberto concurso para a requalificação entre a Escola da Praça e a Escola Secundária, incluindo a requalificação de passeios e ciclovias, para os quais houve financiamento. Mas que essa verba não pode ser canalizada para Porto Novo, devido à tipologia do financiamento. Macieira de Cambra terá essa zona também requalificada, concordando que estragaram o centro de Macieira de Cambra, tendo-se perdido o encanto do jardim, que o piso no cento está em mau estado, que foi tecnicamente mal executado e mal concebido. Respeitando Macieira de Cambra, será mais urgente Porto Novo do que aquele troço.-----

Sessão de 2019.06.27
reuniões de 27 de junho e de 3 de julho

Em relação à intervenção do Sr. Cristiano Silva, Presidente da Associação Desportiva Valecambrense, disse entender as suas dificuldades e preocupações, sabendo que aquele tem vontade de fazer mais e melhor pelos jovens. Pessoalmente, também tem vontade de dar mais e fazer mais. Recordou que quando tomaram posse as associações não recebiam apoio e que este Executivo pagou cerca de 600mil euros deliberados e não pagos, e que, os apoios dados têm vindo a crescer de forma moderada. Referenciou a generosidade em alguns concelhos vizinhos, dando como exemplo um industrial de Oliveira de Azeméis que apoiou uma secção de um clube cerca de 700mil euros/800mil euros. Aqui em Vale de Cambra têm a sensação de mendigar, portanto era bom que toda a sociedade olhasse para o desporto como algo importante para o desenvolvimento, afirmação e crescimento dos nossos jovens, evitando assim que fossem para os concelhos vizinhos, melhorando as condições dos nossos clubes. Mencionou o apoio da Câmara no relvado sintético da Raposeira, no CDC Macieira de Cambra que permitiu melhores condições para aquele Clube e, ao mesmo tempo, libertou o campo das Dairas, o campo sintético para o ADV treinar. Ainda assim, concorda não são as condições ideais, pois que era bom fazer um novo campo de 7, o que daria alguma resposta às camadas mais jovens. Vão continuar a trabalhar nesse sentido.-----

Ainda a este respeito, lembrou que a Câmara recebeu o galardão de “Município Amigo do Desporto”, fruto do apoio dado ao Desporto e evidência do trabalho que tem sido feito nos percurso pedestres, de montanha, e o apoio ao desporto de competição. É importante que a Câmara apoie mas também que a sociedade civil e os empresários do nosso concelho olhem para o desporto e para associativismo com mais generosidade.-----

Ouvido o público inscrito, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, colocou à consideração da Assembleia a continuidade da sessão, em reunião a realizar no dia 3 de julho. Nestes termos, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dar continuidade à sessão em segunda reunião a realizar no dia 3 de julho, pelas 20horas tendo, para o efeito, o Sr. Presidente da Assembleia convocado os Deputados Municipais presentes, ressalvando que os Deputados Municipais que se encontravam presentes em regime de suplência, continuariam na segunda reunião da sessão, nessa mesma qualidade. -----

CONTINUAÇÃO DA SESSÃO-----

CONFORME DELIBERADO, A SESSÃO FOI RETOMADA NO DIA 3 DE JULHO DE 2019, pelas vinte horas e dez minutos, com a presença dos vinte e seis Deputados Municipais que marcaram presença na primeira reunião desta sessão, estando ainda presente o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, em representação da Câmara Municipal e os Vereadores em regime de permanência: António Alberto Almeida de Matos Gomes, Maria Catarina Lopes Paiva, Daniela Sofia Paiva da Silva e José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho; e o vereador em regime de não permanência José Pedro Vieira de Almeida. Por motivos profissionais não foi possível ao vereador Nelson da Silva Martins estar presente.-

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, declarou aberta esta segunda reunião, dando de imediato continuação à apreciação dos pontos da Ordem do Dia da sessão de 27 de junho, não analisados. Não sem antes dar nota que na mesa de cada um, se encontrava a informação jurídica referida na reunião de 27 de junho, quanto à necessidade do “apoio logístico à Freguesia de S. Pedro de Castelões”, ser presente ou não à Assembleia Municipal.-----

8. PROJETO DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA DA ÁREA CENTRAL DA VILA DE MACIEIRA DE CAMBRA - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 21 DE MAIO DE 2019: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, iniciou a apreciação deste assunto, agendado por deliberação da Câmara Municipal de 21 de maio, dando conta do documento “Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução de uma Operação de Reabilitação Urbana Sistemática referente à ARU da Área Central da Vila de Macieira de Cambra”, que lhe foi junto e previamente distribuído por todos.-----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, referiu que o assunto foi objeto de discussão numa sessão pública realizada, tendo os membros da Assembleia sido convidados a estar presentes. Foi amplamente discutida. Estão presentes os Técnicos da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos necessários. Frisou a importância destes documentos (pontos 8 e 9, da ordem do dia) para as respetivas áreas de Macieira de Cambra e de Vale de Cambra.-----

Interveio o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida que, após cumprimentar os presentes e entregar três requerimentos à Mesa, um voto de pesar e dois outros requerimentos, proferiu a seguinte intervenção: “Exm.º Sr. Presidente da Câmara, na Assembleia Municipal de 24/11/2018, foi dito: "A Assembleia Municipal deveria ter sido ouvida durante o processo" - Albano Braga/Deputado Municipal. -----

"O Alargamento da ARU... deveria ter ido mais além" - António Augusto/Deputado Municipal-----

"Deveriam ser ... criadas ARU's para o interior do concelho ... nos núcleos rurais

das freguesias do interior" - António Augusto/Deputado Municipal.-----

Na ata 45/2019 [da Câmara Municipal], página 156 (verso) "O Sr. Eng.º Álvaro Santos, responsável pela equipa, acabou até por dizer que ser uma, duas ou vinte, dependia de uma decisão política", cito a mesma resposta que teve o Deputado Municipal Albano Braga, quando na Assembleia de 24/11/2018 fez a pergunta acerca de Coimbra: Sim, uma decisão política. -----

E nós, Sr. Presidente? Vossas Excelências planearam para os dois maiores Centros Urbanos, deixando de fora o resto do Concelho tão necessitado de reabilitar o edificado. Tivemos sempre estes instrumentos disponíveis para todos, mas só os deram a alguns. Andamos a perder tempo. Todos poderiam usufruir de benefícios fiscais. A sua iniciativa, Sr. Presidente, só permitiu que o centro beneficiasse desses incentivos. O interior e os demais que ficaram fora das ARU's, deixam de poder usufruir desse conjunto de benefícios fiscais. Os que mais precisam ficam de fora dos programas de financiamentos nacionais e comunitários e deixam de poupar nos impostos que têm de pagar, quando pretendem fazer obras de restauro ou de reabilitação nos seus prédios. Podiam beneficiar de isenção de IMI por cinco anos; podiam beneficiar do Imposto Municipal sobre Transmissões onerosas de Imóveis na aquisição de prédio para reabilitar ou aquisição de casa própria reabilitada, mas o senhor não quis; de IVA reduzido, mas o senhor não quis; de benefícios em IRS e em IRC, dedução à coleta, mas o Sr. Presidente não quis; de mais valias, mas o Sr. Presidente não quis; de isenções de IRC, mas o Sr. Presidente não quis. Esta é a confrangedora incapacidade política do autarca que lidera a Câmara. Vale de Cambra envelhece com a sua falta de ação."-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu, de seguida, conta dos três requerimentos recebidos na Mesa, a saber uma proposta de agendamento de um voto de pesar pelo falecimento em 24.06.2019

Sessão de 2019.06.27
reuniões de 27 de junho e de 3 de julho

de Manuel de Almeida Cambra, ex-Presidente da Câmara de S. João da Madeira, assim como dois requerimentos do seguinte teor: -----

Req. Um - "Exm.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----

A bancada do PPD/PSD, aquando da discussão do ponto 3, no período da ordem do dia (AM 27.06.2019/continuada em AM de 03.07.2019) "atribuição de apoio logístico à Freguesia de São Pedro de Castelões, para realização da Semana Cultural 2019 – Deliberação da Câmara Municipal de 07 de maio de 2019" manifestou junto desta Assembleia Municipal que assuntos desta natureza eram da gestão corrente do Executivo Municipal e, como tal, não careciam de deliberação da Assembleia Municipal. -----

Na discussão do ponto fomos informados pelo Exm.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal da existência de um alegado parecer jurídico a fundamentar a necessidade da deliberação deste assunto na Assembleia Municipal.-----

Dado que esta Assembleia, a de 27.06.2019 foi suspensa, tendo sido agendada a continuação da sessão para data posterior, 03.07.2019, ao início da Semana Cultural e tendo em consideração que as deliberações das Assembleias só produzem efeitos após a aprovação da minuta da ata da mesma, solicitamos que V. Ex.ª nos informe por escrito qual é o enquadramento legal, para a atribuição do apoio logístico à Freguesia de S. Pedro de Castelões sem a devida deliberação da Assembleia Municipal.-----

Respeitosamente, António Augusto de Pinho Soares de Almeida"-----

Req. Dois – Exm.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----

Tendo solicitado, no período de antes da ordem do dia esclarecimentos ao Exm.º

Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o acidente que vitimou o Colaborador da Câmara Municipal, Senhor Manuel da Costa, também Chefe dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, e não tendo obtido por parte do Edil Valecambrense qualquer tipo de resposta às minhas questões, venho pelo presente requerimento solicitar a V. Ex.^a informação / resposta escrita às seguintes questões.-----

Nos termos da lei n.º 102/2009, de 10 de setembro que regulamenta o Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho, no seu artigo 111.º, a Câmara Municipal, sem prejuízo de outras notificações previstas na lei, deve comunicar ao organismo competente (ACT), para a promoção da segurança e saúde no trabalho, os acidentes mortais, bem como aqueles que evidenciam uma situação particularmente grave, nas 24 horas seguintes à ocorrência. -----

Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara:-----

1.º – A Câmara Municipal comunicou à ACT dentro do prazo estabelecido na lei a ocorrência deste acidente? Em caso afirmativo, solicito que me faculte, por escrito, a data da ocorrência e cópia do remetido à entidade competente.-----

2.º – A Câmara Municipal deliberou a realização de algum inquérito para identificar as causas e responsabilidades relativas ao acidente?-----

3.º - O trabalhador possuía os exames de saúde ocupacional realizados?-----

4.º – Foram feitas as avaliações de risco profissionais para este e para os restantes postos de trabalho, tendo em consideração que, nos termos da lei, são consideradas atividades ou trabalhos de elevado risco os trabalhos em altura com risco de queda?”-----

Respeitosamente, António Augusto de Pinho Soares de Almeida”-----

Lido o teor dos requerimentos, o Sr. Presidente da Assembleia perguntou à

bancada do PSD se estaria de acordo em votar a proposta de voto de pesar no final da ordem do dia, tendo os Deputados que a integram concordado com o mesmo. Quanto aos restantes requerimentos, não carecendo de votação, dará seguimento aos mesmos, para resposta.-----

Dando continuidade ao debate, concedeu-se a palavra ao Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida que, após saudar os presentes, referiu concordar que, se possível, estas áreas deveriam ser aplicadas a todo o Concelho e, não sendo possível, pelo menos, a todos os centros mais urbanos de todo Concelho. Não lhe parece contudo, que este fosse o espírito da lei, o que se percebe, desde logo, pela leitura do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro e, refere-o, sem prejuízo do seu sentimento pessoal: “A reabilitação urbana assume-se hoje como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades e a garantia, para todos, de uma habitação condigna.” ---

Na sua perspetiva este é um instrumentos muito importante e muito interessante, porque consegue articular o dever dos privados de reabilitarem as edificações nas áreas definidas, com a obrigação do sector público de modernizar e requalificar espaços públicos. Há um dever dos privados associado a um dever do sector público que é algo que poucas vezes acontece e, neste caso, é de elementar justiça, render homenagem à pessoa responsável pela elaboração deste programa, o então Primeiro-Ministro, Eng.º José Sócrates. -----

O estudo apresentado, na sua perspetiva, globalmente é muito interessante e

positivo. Mas, há uma lacuna no estudo. O estudo foca vários aspetos e nomeadamente, até perante vários pressupostos, faz uma projeção do que vai ocorrer em Vale de Cambra, em 15 anos, projetando cerca de 22 milhões de investimento público e induzindo cerca de 58 milhões de investimento privado. Mas, que há uma lacuna que é a defesa fiscal para o Município, ou seja, fazer, também segundo certos pressupostos, uma estimativa daquilo que é a perda de receitas, atendendo aos benefícios fiscais, que são uma receita do Município e que estão aqui em causa. -----

O estudo realça muito os benefícios que, fundamentalmente, os proprietários dos espaços dentro das áreas de reabilitação vão colher, foca também, mas não muito, os ónus que competem a esses mesmos proprietários. -----

Faz um diagnóstico interessante, pese embora com uso de estatísticas desatualizadas, dos Censos de 2011, sendo que muitas coisas já mudaram. Por exemplo, refere que entre 2001 e 2011, a população de Vale de Cambra caiu 7,8%, mas que os alojamentos familiares durante o mesmo período cresceram 14,6%. Na Freguesia de Macieira de Cambra houve uma quebra de população de apenas 1,43% (aquela em que caiu menos) e os alojamentos familiares cresceram 20,7%. São números mais ou menos comuns a todo o território concelhio. Em 2001 havia 2,3 pessoas por cada alojamento familiar tendo caído para 1,9 pessoas por alojamento em 2011. Significa que neste período houve muitas casas que ficaram devolutas, provavelmente em estado degradado e, portanto, se justifica aqui a sua reabilitação.-----

De seguida, referiu um dado que acha interessante, pese embora não tenha a ver com o que aqui hoje se discute, que na elaboração do PDM será francamente de tomar em conta - as três Freguesias onde houve maior crescimento de alojamento familiar na ordem dos 25% - Junqueira, Cepelos e Vila Cova de Perrinho, foram três das quatro onde a população caiu mais neste período e ao nível de dois

dígitos.-----

De seguida, referiu algumas das vantagens e alguns ónus deste programa, para reflexão. Os benefícios já referidos, fundamentalmente os benefícios fiscais para os proprietários, em sede de IMI, IMT, IRS, IVA, diversos e interessantes benefícios, que vão trazer muita poupança às pessoas que possam beneficiar deste programa. Assim como o acesso a financiamento em condições mais vantajosas, nomeadamente, através do IFRRU (Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas). É também um programa que vai criar investimento que, no estudo é projetado em cerca de 80 milhões de euros, que induz emprego e riqueza. Também, tornando as habitações mais eficientes em termos energético (melhoria em 2 escalões) vão consumir menos energia contribuindo para a sustentabilidade e o meio ambiente. -----

Fazendo de imediato referência aos ónus, referiu que logo a primeira desvantagem é não ser equitativo e que nem todas as pessoas do Concelho beneficiem do programa. Uma operação de reabilitação urbana é uma causa de utilidade pública para efeitos de expropriação, de venda forçada, de arrendamento forçado e de constituição de servidões, ou seja, os proprietários têm de se convencer que estão sujeitos a que isto venha a acontecer. A Câmara Municipal, como entidade gestora, pode vir a fazê-lo durante este período. Confere ainda à entidade gestora direito de preferência nas transmissões onerosas de edifícios e terrenos dentro desta área. A reestruturação da propriedade pode ser feita, nomeadamente, através de expropriações.-----

Vai votar favoravelmente, por entender que as vantagens superam os ónus e, embora os benefícios sejam mais individuais que coletivos, vai traduzir-se, em termos coletivos, em criação de riqueza no Concelho, fundamental para fixar e

atrair pessoas para esta área.-----

Interveio, de seguida, o Deputado Municipal, independente, Albano Oliveira Braga, que, após cumprimentar os presentes, referiu que já falaram desta situação na sessão pública de apresentação das ARU's, assim como na sessão de apresentação da Revisão do PDM, estando tudo interligado, que tem a ver com as políticas que o Município quer desenvolver no território a médio e longo prazo. -----

Em 11 de fevereiro foi publicada em Diário da República, a Portaria n.º 58/2019, dos Ministérios do Ambiente e Transição Energética e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, aprovando o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho (PROF EDM), sendo que para a zona da Freita, nas Freguesias envolvidas (Arões e Cepelos em Vale de Cambra), a portaria permite a plantação de eucaliptos. Disse que a aprovação desta Portaria é um escândalo. -----

Sobre a apresentação pública da revisão do PDM e um artigo publicado no jornal A VOZ de CAMBRA, intitulado “Município reestrutura PDM a pensar na desertificação e envelhecimento da população”, referiu que a entrevista deveria ser dada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal ou um Vereador em quem delegasse, nunca por um Técnico da Câmara.-----

Sobre o ponto em análise e o ponto 9, referiu que a Câmara fez uma decisão política não amadurecida, pois que, na referida sessão de apresentação das ARU's é que percebeu que o concelho poderia ter várias e que até todo o concelho poderia ser uma ARU. Que, também, nunca foi explicado às pessoas que havendo vantagens também existem ónus. Vale de Cambra tem sete Freguesias, duas estão na ARU, as restantes não, sabe que não estão contentes com isto, pelo que deveriam aqui expressar-se.-----

Disse que os dados da população vão continuar a baixar, pois pese embora haja emprego em Vale de Cambra, as pessoas não querem viver cá, temos impostos baixos, mas há outras coisas que penalizam como o preço da habitação, a especulação imobiliária. Estão a importar brasileiros para colmatar a falta de recursos humanos das empresas. Se se fixarem cá será bom para povoar o Concelho.-----

Não vai votar contra, mas pensa que poderiam ser feitas mais, conversando também com os Presidentes de Junta.-----

O Sr. João Pedro Costa, Presidente da Junta de Macieira de Cambra, após cumprimentar os presentes, referiu que a Junta de Freguesia congratula-se com a ARU's da área central de Macieira de Cambra, apelando a que, dentro das possibilidades e, progressivamente, fosse estendendo às outras freguesias do Concelho. Considerando a ARU de Macieira de Cambra e o PDM, o investimento público e privado, e a vigência de 15 anos da ARU, perguntou se quem quiser fazer um loteamento ou uma zona industrial, designadamente na parte do Fôjo, se após os 15 anos os terrenos passam novamente a rústicos.-----

O Deputado Municipal, José Soares, em intervenção complementar, referiu que, independentemente deste instrumento concreto, pode o Município apoiar as Freguesias de baixa densidade, através de investimento público obviamente mas, também, de benefícios fiscais, por exemplo em sede de IMI, podemos aplicar taxas diferenciadas pelas várias zonas do concelho. As pessoas estão a focar-se muito nos benefícios, mas que também há desvantagens e, como tal, entende que em algumas regiões é preferível ter esse apoio sem este ónus/ "cutelo" em cima.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, esclareceu que

promoveram a discussão antes do documento estar encerrado, convidando os Deputados Municipais para a sessão. Assim como se está a fazer com a Revisão do PDM. São documentos sérios e importantes para o futuro do Município. Tem consciência da importância dos senhores Presidentes de Junta, que devem ter uma visão do seu território.-----

O Alargamento das ARU's a todo o território do Concelho é uma possibilidade, mas é uma discussão que hoje não faz sentido, que estão a falar das Operações de Reabilitação Urbanas (ORU) da Vila de Macieira de Cambra e de Vale de Cambra. Outra questão prende-se com os limites, poderiam ter sido mais ou até menos, mas que é sempre complicado a sua decisão, têm de ter um limite, qualquer pessoa está no direito de discordar. Mas, que não é uma questão objetiva, pois que não leva a nenhuma decisão.-----

Referenciou a intervenção do Deputado Municipal José Soares quanto aos benefícios e aos ónus das ARU's, lembrando que aquando da construção do Programa Comunitário Portugal 2020, o Município estava obrigado à elaboração de pelo menos uma ou duas ARU e que eram aquelas onde os investimentos, de acordo com as diferentes tipologias previstas para a reabilitação, só poderiam ser ilegíveis. É um investimento a 15 anos, que vai trazer responsabilidade acrescida ao Município mas também aos proprietários de imóveis inseridos dentro dessas áreas.-----

Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra referiu que a área industrial do Fôjo está fora da delimitação da ARU, portanto não tem ali enquadramento. Poderá ser analisado em sede de PDM. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e cinco votos a favor e uma abstenção (do Deputado Municipal independente Albano Oliveira Braga), aprovar a Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área Central da Vila

de Macieira de Cambra, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 21 de maio de 2019.-----

9. PROJETO DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE VALE DE CAMBRA - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 21 DE MAIO DE 2019: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, iniciou a apreciação deste assunto, agendado por deliberação da Câmara Municipal de 21 de maio.----

Sendo que os pressupostos do Ponto 9 são os mesmos do ponto anterior, o Sr. Presidente da Câmara e os Sr. Deputados Municipais prescindiram do uso da palavra.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e cinco votos a favor e uma abstenção (do Deputado Municipal independente Albano Oliveira Braga), aprovar a Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área Central da Cidade de Vale de Cambra, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 21 de maio de 2019.-----

10. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS | DECRETO-LEI 72/2019, DE 28 DE MAIO DE 2019 – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 4 DE JUNHO DE 2019: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, iniciou a apreciação deste assunto, referindo que o Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais, nos seguintes domínios: a) Gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio e dos portos ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais principais ou secundários; b) Gestão das áreas sob jurisdição portuária sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva e de áreas

urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, argumentou: Considerando que a matéria objeto do presente diploma não é aplicável à área territorial do Município de Vale de Cambra, propõe-se a não aceitação da transferência das competências inerentes.-----

O Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, proferiu a seguinte intervenção: “Exm.º Sr. Presidente da Câmara, o PPD/PSD, como é do conhecimento de Vossa Excelência, tem vindo insistentemente, reunião-a-reunião, a alertar esta Assembleia para a necessidade da maioria CDS se dignar apresentar um estudo sobre os impactos financeiros e organizacionais da descentralização para que os Deputados Municipais possam avaliar e deliberar, devidamente esclarecidos, sobre a aceitação ou não das competências que o Governo de Lisboa pretende descentralizar, relativos a cada um dos diplomas setoriais.-----

Se não tivesse havido uma prorrogação de prazo, esta Assembleia teria de deliberar até ao final do corrente mês sobre a aceitação das competências atrás referidas para o ano 2020, ou seja, mais uma vez a maioria CDS que governa a Câmara "empurra com a barriga" numa total inoperância e falta de visão estratégica para o Concelho.-----

Assim, e dado que o prazo foi alargado para setembro de 2019, vamos ter fé e acreditar que ainda nos possam facultar a informação necessária para consciente deliberação na defesa dos interesses de Vale de Cambra.-----

Ao Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal solicitamos que imponha a realização e apresentação do referido estudo, em tempo útil, à maioria que o sustenta, para instruir esta Assembleia.”-----

No uso da palavra o Deputado Municipal, independente, Albano Oliveira Braga, referiu não haver dúvida quanto à recusa desta transferência mas, lembrou que era tempo da Câmara Municipal apresentar um diagnóstico dos impactos, na transferência de competências pois que, no futuro, quer queira, quer não, serão transferidas. A Câmara Municipal poderia ter uma abertura com o Governo, uma ou outra matéria poderia ter sido aceite, num sinal de boa fé e de gerir com o Governo este processo.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e cinco votos a favor e uma abstenção (do Deputado Municipal independente Albano Oliveira Braga), rejeitar a transferência das competências, prevista no Decreto-Lei 72/2019 de 28 de maio e, posterior comunicação à DGAL dentro do prazo legalmente fixado para o efeito, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 4 de junho de 2019. -----

11. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A ÁREA METROPOLITANA DO PORTO (AMP) | DECISÃO DA AMP DE NÃO ACEITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NOS DECRETOS-LEI N.º 21/2019, N.º 23/2019 E N.º 58/2019 - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 4 DE JUNHO: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, iniciou a apreciação deste assunto, dando conta que os referidos diplomas se referem às áreas da Educação, Saúde e vias navegáveis.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva informou que a AMP deliberou pela não aceitação. Assim, para que a referida deliberação produza efeitos, cada uma das Assembleias Municipais dos 17 Municípios que as integram têm de se pronunciar nos mesmos termos.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e cinco votos a favor e

um voto contra (do Deputado Municipal independente Albano Oliveira Braga), concordar com a decisão da Área Metropolitana do Porto quanto à não aceitação das competências previstas nos Decretos-Lei n.º 21/2019, n.º 23/2019 e n.º 58/2019, restrita aos anos de 2019 e 2020, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 4 de junho de 2019.-----

Retirou-se da sala, o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, por se encontrar impedido de apreciar e votar o ponto que se segue.-----

12. REVOGAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE EXPANSÃO SUL, DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE EXPANSÃO NASCENTE, DO PLANO DE PORMENOR DA RUA DAS FLORES, DO PLANO DE PORMENOR DO QUARTEIRÃO DE SANTO ANTÓNIO E DO PLANO DE PORMENOR DE EXPANSÃO NORTE – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 18 DE JUNHO DE 2019: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, iniciou a apreciação deste assunto, agendado por deliberação da Câmara Municipal de 18 de junho.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, referiu que os Planos que se propõem revogar têm já uma larga idade e nunca se mostraram convenientemente eficazes e necessários para o desenvolvimento do Município e das áreas onde exerciam ação. Foi entendimento da Câmara Municipal, sob proposta feita em tempos pela bancada do PSD, fazer a revogação dos Planos. Não houve continuidade no imediato à referida proposta, mas porque estão agora em fase de Revisão do PDM e porque se preparam outros instrumentos no sentido de controlar e fazer uma boa gestão do território é desejável fazer a implosão destes Planos. Tanto mais, que alguns deles e as projeções feitas à data, veio a verificar-se que tal não seria verdade. Fazer projeções a 15/20 anos nem sempre é fácil. Deu conta que, no âmbito da

auscultação pública, não existiram contributos, pelo que compete agora à Assembleia Municipal a sua revogação.-----

Por fim, referiu que para esclarecimentos adicionais, estão presentes os Técnicos da Câmara Municipal.-----

Usou da palavra o Deputado Municipal, independente, Albano Oliveira Braga, referindo que o ponto em apreciação é uma consequência que algumas pessoas de Vale de Cambra têm no imobiliário. Que isto foi o “grande garrote” que se fez às Freguesias nos últimos 20/25 anos. O PDM foi feito e revisto, foi desenhado por alguém para defender interesses - especulativos e imobiliários, é por isso que as Freguesias do nosso interior estão desertificadas e que os jovens daquelas Freguesias (Arões, Cepelos, Junqueira, parte de Macieira e parte de Castelões) saíram. Daqui a alguns anos, podem entregar as chaves das Juntas porque não se passará lá nada. Isto foi uma vergonha. As pessoas que estiveram na génese do PDM são as mesmas que estão agora a trabalhar na Revisão. Estas duas zonas de expansão a Norte e a Sul, seriam para acomodar 16mil pessoas. Quem mandou nos anos sucessivos, fez um desenho para se construir no centro, para que quem trabalhasse nas empresas comprassem cá em baixo e não construíssem lá em cima. Ainda hoje dificilmente se constrói. Uma empresa que havia lá em cima, porque não lhe foram criadas condições, foi para um concelho vizinho. Também ouviu dizer que uma grande empresa, com cerca de mil trabalhadores, dentro de meses vai passar para o Concelho vizinho de Arouca. Não entende estas decisões. Alguém vai ganhar com isto. Certo que daqui a uns 15, 20 anos, seremos em Vale de Cambra cerca de 16mil habitantes, mas não entende a pressa em revogar os Planos. Revogando estes dois Planos e se amanhã um proprietário quiser construir, será que terá de esperar dois ou

três anos? - perguntou. A revogação esteve em apreciação pública, cumprindo os preceitos legais, mas que as pessoas não estão devidamente informadas, pelo que não custava muito ter enviado um *infomail* a todas as famílias, apelando à sua participação. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se, quando entrar em vigor, as pessoas podem meter um projeto para esta área e construir, ou se a resposta será que terão de aguardar dois ou três anos.-----

Apelou aos Presidentes de Junta que façam ouvir a sua voz no âmbito da Revisão do PDM, pois que também são responsáveis, que alguns estão há oito anos na Junta. -----

O Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, proferiu a seguinte intervenção: “A Câmara Municipal, por deliberação da Assembleia Municipal, decidiu rever o PDM - Plano Diretor Municipal, por duas razões:-----

- Pela necessidade de reavaliar a estratégia nele preconizada, ajustando-a à realidade;-----

- Pelo estrito cumprimento da legislação em vigor que obriga que os PDM - Planos Diretores Municipais sejam obrigatoriamente revistos até 13 de julho de 2020.-----

Esperaríamos que, no âmbito dessa revisão, fossem também avaliados cada um dos planos atrás referidos revogando-os apenas e só, após maturada apreciação e após redefinição das novas estratégias políticas e regras. Ao fazê-lo agora, não se está a pensar no interesse de Vale de Cambra e dos Valecambrenses, mas sim, delapidar as regras urbanas para as áreas de intervenção dos Planos, defendendo interesses que oportunamente iremos conhecer e branqueando atos já praticados.-----

Apelamos a esta Assembleia Municipal, no sentido de não revogar de imediato estes Planos, mas sim, solicitar à Equipa que constitui a revisão do PDM que

analise e, só após nova proposta de intervenção no território municipal, os
revogue.-----

Argumento, dizendo ao Exm.º Sr. Presidente da Câmara, -----

1- Nos pontos anteriores da Ordem de Trabalhos, n.ºs 8 e 9, relativos às ARU's
de Macieira de Cambra e Vale de Cambra, nos relatórios apresentados, constata-
se que muitas das medidas preconizadas são retiradas *ipsis verbis*, exatamente
iguais, sem tirar nem pôr, tal e qual, dos Planos que agora se propõe revogar,
pelo que perguntamos: Se para umas coisas os Planos servem e para outras
propõem a sua revogação. Porquê?-----

2- Que interesses é que o Sr. Presidente da Câmara pretende defender? Os de
Vale de Cambra? Há outros? Quais? Justifique para ficar em ata.-----

"Há redes que capturaram o Estado e o utilizam para a prática de ilícitos" cito
Joana Marques Vidal - Corrupção em Portugal. Antiga Procuradora diz que
redes se espalham por Ministérios e Autarquias.-----

"As relações em que a empresa consegue favores, isso é um género de
corrupção" cito Ramalho Eanes.-----

**Novamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José
Pinheiro**, perante o constante levantar de suspeitas e de hipotéticos
favorecimento, referiu que não se revê nessa forma de fazer política, que podem
continuar com esta tentativa de denegrir a sua imagem e de criarem ruído na
opinião pública que não se vai desviar um centímetro da forma de estar, de ser,
de defender o erário público, de olhar de forma séria para aquilo que são as
decisões públicas. Afirmou que não está ali para defender os seus interesses, os
interesses privados, ou de alguém, está ali para trabalhar por Vale de Cambra e

pelos Valecambrenses. -----

Os Planos em questão, não fazem sentido, até pelo seu dimensionamento, pelas vias previstas, pelos condicionamentos ao desenvolvimento. Concorda que não se deve concentrar a construção no centro, permitindo ao mesmo tempo que as Freguesias tenham construção. Continua a ser defensor de todo o território e do interior, que só se desenvolverá com investimento público, criando condições de atratividade. Mas, esclareceu ainda que a nova lógica dos PDM não vai permitir um crescimento desordenado do território nacional, vai privilegiar a consolidação dos aglomerados, privilegiar as zonas já edificadas e colocar uma grande pressão em todos os Municípios que queiram fazer expansão de áreas urbanas, que terão de ser devidamente infraestruturadas. Terá de haver muito investimento público para dar corpo e justificar essas ampliações. Os Municípios terão de olhar bem para o património edificado, para os aglomerados, e só assim faz sentido porque têm centenas de casas devolutas no Concelho, devem olhar para ele como uma oportunidade de requalificação. Referenciou contudo o incentivo da baixa de taxas para o novo edificado. -----

Concedida a palavra ao Sr. Vereador António Alberto Almeida de Matos Gomes, após cumprimentar os presentes, esclareceu, em resposta ao Deputado Albano Braga, que qualquer pessoa que queira construir pode fazê-lo, pelas regras de planeamento do PDM.-----

A presente revogação é mais uma questão técnica. Pese embora alguns se pronunciem contra o momento para revogar estes Planos, há planeadores e urbanistas que defendem que agora, revendo-se o PDM, é a altura ideal para estas revogações. A proposta de revogação, vem já do mandato anterior, tem sido amplamente discutida. Em formação na CCDR foi defendido pela Dr.^a Fernanda Paulo, que as Câmaras Municipais deveriam começar a revogar estes planos, que era o caminho certo para a revisão dos PDM's. O território não fica com um vazio

em termos de planeamento, porquanto há um PDM em vigor. Que até os arruamentos previstos nos planos foram transcritos para o PDM.-----

Novamente no uso da palavra o Deputado Municipal, independente, Albano Braga referiu que podem discordar da forma e conteúdo das intervenções, mas que esta é a casa da democracia e que estão todos aqui para defender os interesses de Vale de Cambra. Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, referiu que a Assembleia Municipal é o órgão fiscalizador da Câmara, que tem de responder às questões colocadas, que não tem de ficar ofendido com as questões, nem fazer um discurso de vitimização. Perguntou apenas se era o momento exato, o que iria acontecer, era uma dúvida que tinha, se as pessoas poderiam lá construir ou não. Fica contente que possam construir, que também seja possível reconstruir os fogos que existem pelo Concelho.-----

Antes de terminar, fez referência ao parecer/informação assinada pela Jurista da Câmara Municipal que nada diz, quanto ao apoio logístico à Freguesia S. Pedro de Castelões, e que a mesma está datada de 3 de julho, desta data, portanto a informação não existia por escrito à data de 27 de junho, era apenas verbal. Para decidirem em conformidade, têm de ter as informações devidamente assinadas, não basta a palavra. Assim como, já referiu quanto aos apoios às Freguesias para os cemitérios, que não haviam evidências, e que ninguém tem de ficar ofendido quando se alega a falta de evidências escritas.-----

A este respeito o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Paiva, esclareceu que, de facto não havia parecer, foi uma informação verbal prestada pela Jurista da Câmara Municipal de que pediu nota escrita a título informativo. Deu entrada na Mesa um requerimento de parecer sobre a matéria, conforme já lido e acima transcrito, e que já despachou para pedido de Parecer, que após

recepção será distribuído aos Senhores Deputados. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de dezoito votos a favor, cinco votos contra (dos quatro Deputados Municipais do PSD e Deputado Municipal independente) e duas abstenções (dos Deputados do PS, Albino Almeida e Ana Maria Silva), nos termos da proposta da Câmara Municipal de 18 de junho de 2019, revogar os seguintes instrumentos de gestão territorial: Plano de Urbanização de Expansão Sul, Plano de Urbanização de Expansão Nascente, Plano de Pormenor da Rua das Flores, Plano de Pormenor do Quarteirão de Santo António e Plano de Pormenor de Expansão Norte.-----

Reentrou na sala, o Deputado José António Abrantes Soares de Almeida.-----

13. FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM REGIME DE MERCADO DE PREÇOS LIVRES | AUTORIZAÇÃO PARA O COMPROMISSO PLURIANUAL E REPARTIÇÃO DE ENCARGOS ORÇAMENTAIS EM MAIS QUE UM ANO ECONÓMICO – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 18 DE JUNHO DE 2019: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, iniciou a apreciação deste assunto, agendado por deliberação da Câmara Municipal de 18 de junho.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, referiu estar em causa a autorização para o compromisso plurianual e repartição de encargos orçamentais em mais que um ano económico, respeitante à abertura de procedimento para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado de preços livres, conforme obrigação legal. O fornecimento será por quatro anos.-----

O Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, proferiu a seguinte intervenção: “Quanto ao procedimento em si e às peças procedimentais inerentes ao mesmo, nada temos a objetar. Gostaríamos, no

entanto, que o Sr. Presidente da Câmara nos informasse se o *timing* processual da contratualização de fornecimento de eletricidade é compatível com o contrato vigente, ou seja, haverá necessidade, por inoperância da Câmara Municipal, que sabia desde o 1.º dia da assinatura do contrato qual era a data do seu termo, de fazer ajustes diretos para garantir a continuidade do fornecimento até à conclusão do presente procedimento e serão estes, os ajustes diretos legalmente fundamentados? Tem a certeza?"-----

Interveio o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida

com as idas ao mercado para comprar energia elétrica, que a dimensão e a escala é muito importante na capacidade negocial de quem faz a compra. Não conhece a legislação do setor público, mas que é habitual fundamentalmente na compra de energia que as organizações se associem em grupos para irem em conjunto, porque comprando um maior volume conseguem uma maior competitividade entre os vários concorrentes da oferta e melhores preços. Se aqui fosse possível, era o bom, e o ideal seria até ao nível da AMP, porque de facto temos Concelhos com consumos elevadíssimos e uma ida ao mercado da AMP, em conjunto mas sem responsabilidade solidária, julga conseguiria uma maior competitividade e melhores preços. A AMP tem de compreender que tem de haver uma solidariedade entre os 17 Concelhos, não podem estar todos a pagar montantes iguais, como aconteceu num dos pontos deliberados nesta sessão, quando isso é mais do interesse dos grandes Concelhos, de Matosinhos, Maia, Vila Nova de Gaia, Porto e Gondomar, também têm de ser solidários connosco e beneficiar da grande escala que eles têm na compra e repartir esse ganho por todos os Concelhos da área.-----

O Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida,

proferiu a seguinte intervenção: “Cem por cento de acordo com o Deputado Municipal José Soares. Faço uma proposta à Mesa, se a Mesa estiver interessada, eu subscrevo, se entenderem aqui que isso possa ser feito, subscrevo um abaixo assinado para a AMP, para dar força ao Sr. Presidente para negociar a posição apresentada pelo Deputado José Soares. Em bloco beneficiaríamos, de facto, de melhores preços e seríamos mais bem servidos.”-----

De seguida, usou da palavra o Deputado Municipal, independente, Albano Oliveira Braga, referindo partilhar a opinião do Deputado José Soares, sobre a AMP pois que têm de ser sempre solidários, não apenas quando lhes interessa, tal como discutido no dia 27. -----

Sobre o procedimento, perguntou se foi feito um diagnóstico pelos Técnicos, qual as expectativas de poupança, com esta medida. Fica confuso, porque numa das reuniões de Câmara deu conta da criação de um consórcio de duas empresas, para meter cerca de mil luminárias led, e que foi também feito um ajuste direto com a EDP comercial para poupança no parque de estacionamento subterrâneo.-

Quanto a este assunto de autorização do compromisso plurianual, ficou confundido pois que na aprovação do orçamento, foi votado um anexo 2, aprovando a dispensa da autorização prévia da Assembleia, tanto que até o do procedimento do Centro de Artes foi retirado, mas que agora pedem autorização para o presente. Pediu explicações.-----

Em resposta o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, disse que o concurso para substituição das luminárias é financiado, foi aberto concurso público, que das várias empresas, a entidade que apresentou o melhor preço vem realmente em consórcio, o que é legalmente permitido. -----

Passou a palavra ao Vereador António Alberto Almeida de Matos Gomes que esclareceu que o procedimento é para comprar energia, nada tendo a ver com

sistema de poupança. Estamos a pedir autorização para o compromisso plurianual pois o montante é considerável e passa o limite estabelecido. O procedimento será um concurso público internacional.-----

Ao Deputado Municipal José Soares, referiu que a Câmara Municipal integra a Energaia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, existindo contudo uma grande dificuldade que tem a ver com as datas de termo de cada um dos contratos dos Municípios que a integram. Ainda assim, os Cadernos de Encargos são preparados com o apoio técnico da Energaia, por forma a haver alguma similaridade entre os Municípios caminhando para que no futuro possam ir a concurso agrupados.-----

Mais referiu que o contrato é feito para um determinado consumo que, muitas vezes, é atingido mais cedo que o prazo estabelecido.-----

No que se refere à poupança, informou que estão a alterar as luminárias para led, na iluminação pública, no Edifício Municipal, no parque subterrâneo. É uma medida financiada, para a qual estão a concorrer de forma faseada.-----

Interveio novamente o Deputado Municipal António Augusto Almeida

referindo: “Eu falei na base da previsibilidade. Na base da previsibilidade, com base na média, mediana e moda, recebi hoje um aviso de que tenho de mudar o óleo a uma viatura, daqui a 400km. Porquê? Não andei a ver o conta-quilómetros da viatura, tinha base feita nas médias dos andamentos. A vocês não vos custa nada, com mais antecedência poder negociar, partindo sempre duma margem, houve um grande homem em Vale de Cambra que me disse: “António nos meus negócios tomo sempre nota de um imprevisto”, um imprevisto é um fator de correção, o que vos peço é que futuramente façam na base da previsibilidade para que não venham aqui em cima da hora, com as coisas, exigir que tomem as

atitudes mais corretas muitas vezes com falta de elementos e à pressa. É nesta base que eu falo, com previsibilidade, com vontade de ajudar.”-----

Dado que a Mesa foi diretamente interpelada, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, referiu que não faz sentido que a Assembleia mande um abaixo assinado, pois que a mesma se pronuncia sim por deliberação e, para além disso, o Sr. Presidente da Câmara Municipal leva o pulsar consensual desta Assembleia nesta matéria e fará com isso o que entender e poder.-----

O Deputado Municipal José Soares, sobre a média, mediana e moda, referiu que o consumo seria mais alto.-----

Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal acrescentando que, a questão de concorrer em conjunto foi mais que debatida e escarpelizada entre todos, tendo-se chegado à conclusão, quer pelas agências de energia, quer pelos termos diferenciados dos contratos de cada um, que o mesmo não era possível. Seria desejável. É o que está a acontecer agora na questão dos transportes. Mas não foi possível.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis Deputados Municipais presentes, autorizar a repartição de encargos da despesa plurianual (anos 2019 a 2022), referente ao concurso público para *Fornecimento de eletricidade em regime de mercado de preços livres*, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 18 de junho de 2019.-----

Foi apresentado à Mesa o seguinte requerimento, apresentado pelo Deputado Municipal do PSD, António Augusto de Pinho Soares de Almeida:
“Solicito a V. Ex.^a o agendamento de um voto de pesar pelo falecimento, em 24/06/2019, de Manuel de Almeida Cambra, antigo Presidente da Câmara Municipal de S. João da Madeira entre 1984 e 2001, pelo CDS/PP, "Homem de

convicções fortes, que fazia tudo pela terra e a colocava acima de qualquer interesse partidário" e que "modernizou muito S. João da Madeira e elevou a cidade para um patamar muito diferente" com as obras que concretizou, de elevado relevo para a Comunidade Sanjoanense."-----

Pediu a palavra o Deputado Municipal José António Abrantes Soartes de Almeida, referindo que o Sr. Manuel Cambra foi seu amigo, por quem tinha simpatia, que aquilo que está expresso no voto de pesar é uma realidade, fica satisfeito com a proposta. Mas tem receio que comecem a tornar isto banal. Aqui há de facto a particularidade de ser um concelho limítrofe. Relativamente à substância e à pessoa que é, concorda cem por cento. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, a respeito desta intervenção referiu que não cabe a mesa sindicar o teor dos votos apresentados, desde que cumpridos os requisitos legais são admitidos e é dado o cumprimento legal. A preocupação do Deputado José Soares fica à consideração de cada um dos elementos da Assembleia Municipal.-----

Na sequência do Requerimento supra, para agendamento de um voto de pesar pelo falecimento do senhor Manuel de Almeida Cambra, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o seu agendamento extraordinário ao abrigo do n.º 2, do artigo 50.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que foi aprovado por vinte e quatro votos a favor e duas abstenções (do Deputado Municipal José do Nascimento Peres e do Deputado Municipal Independente Albano Oliveira Braga). Cumprindo-se o requisito de $\frac{2}{3}$ exigido no referido preceito legal, o assunto foi agendado e apreciado.-----

14. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR MANUEL DE

ALMEIDA CAMBRA, EX-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA MADEIRA: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e quatro votos a favor e duas abstenções (do Deputado Municipal José do Nascimento Peres e do Deputado Municipal Independente Albano Oliveira Braga), aprovar um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Manuel de Almeida Cambra, ex-Presidente da Câmara Municipal de S. João da Madeira entre 1984 e 2001.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: O presente período foi antecipado e ocorreu no final da primeira reunião da sessão, após o ponto 7 da Ordem do Dia.-----

- APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e cinco votos a favor e uma abstenção (do Deputado Municipal, independente, Albano Oliveira Braga) elaborar a minuta da ata da sessão, aprovando o seu teor.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal agradeceu o contributo de todos para a realização desta sessão, em duas reuniões. -----

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão pelas vinte e duas horas do dia 3 de julho de 2019, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por si e pelo 1.º Secretário presente à sessão.-----

O Presidente _____

O 1º Secretário _____

